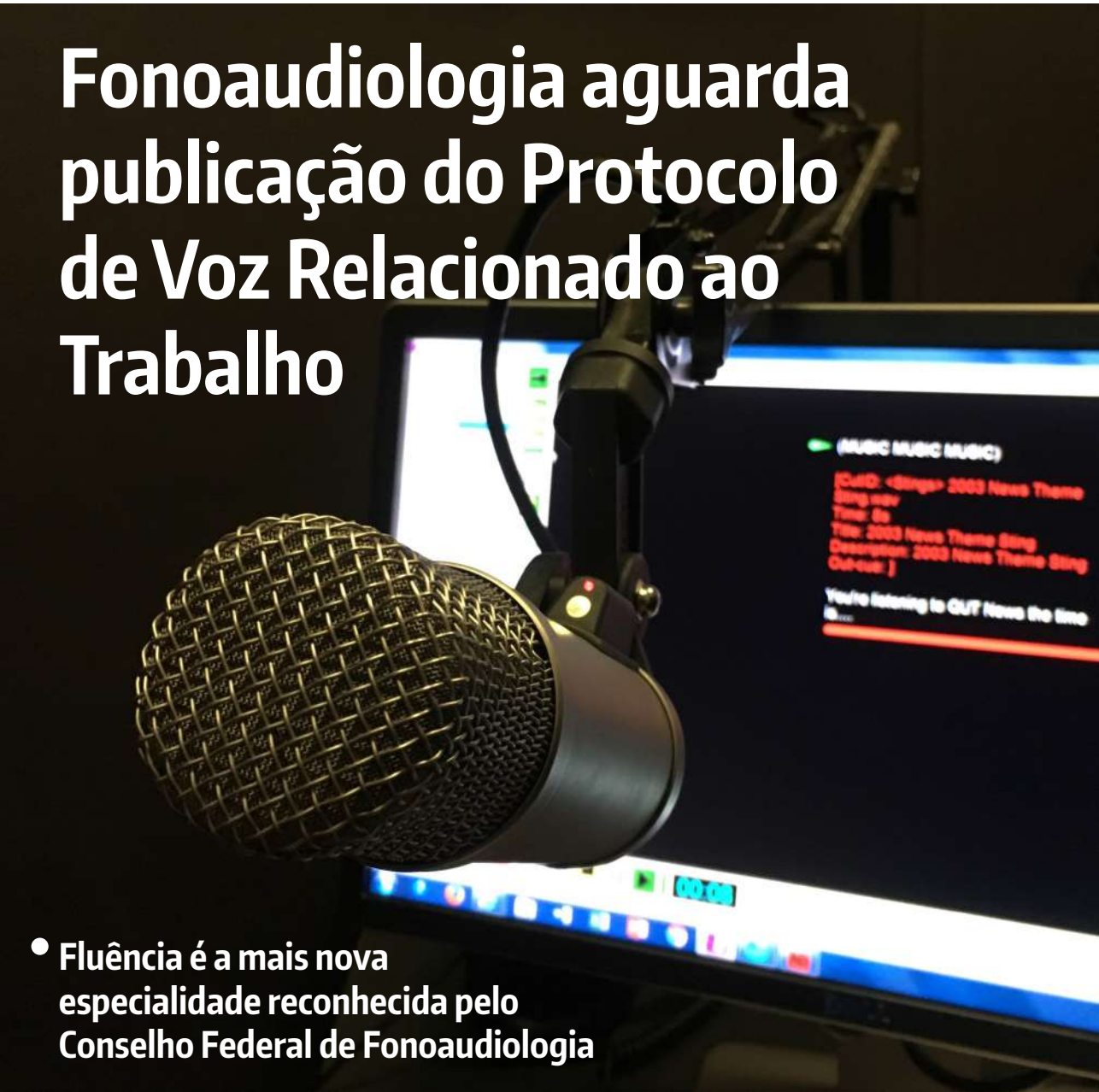
comunicar

Revista do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia
Ano XIX- Número 75- out/nov/dez 2017

Fonoaudiologia aguarda publicação do Protocolo de Voz Relacionado ao Trabalho



- Fluência é a mais nova especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia

Sumário

Editorial 03

A Voz dos Crefonos

Crefono 1

Inovação e criatividade a favor da aprendizagem 04

Crefono 2

O papel da Fonoaudiologia no aleitamento materno 10

Crefono 3

Ginástica Cerebral: um estímulo para as funções cognitivas 14

Crefono 4

Crefono 4 comemora 20 anos 18

Crefono 5

Fonoaudiólogos do Amapá recebem Conselho Itinerante 22

Crefono 6

Dislexia em pauta no CRFa 6ª Região.. 26

Crefono 7

Há uma década, projeto gaúcho leva consciência fonológica à alfabetização.. 29

Crefono 8

Primeira cirurgia de implante coclear do Maranhão é realizada em São Luís 32

Entrevista

A Acreditação impacta na mudança da cultura de segurança 35

Capa

Fonoaudiologia aguarda publicação do Protocolo de Voz Relacionado ao Trabalho 40

Fono na Política

Coleção Neupsilin pode ser usada por Fonoaudiólogos 46

Educação

Leitura muito além do prazer 50

Plano Nacional de Educação 54

Tema da redação do Enem coloca em pauta inclusão de surdos na educação 57

Campanhas

Dia Internacional de Atenção à Gagueira 61

Conselho Orienta

Parâmetros Assistenciais em Fonoaudiologia..... 66

Fique de Olho

Confira agenda dos principais eventos da Fonoaudiologia 72

Por dentro da Profissão

Conselho Federal de Fonoaudiologia reconhece mais uma especialidade: Fluência 76

Saúde

Saúde auditiva dos músicos em constante prevenção 81

Publicação do Protocolo de Distúrbios de Voz e acordo sobre utilização do NEUPSILIN são destaques dessa edição

Finalizamos mais uma edição da Revista Comunicar disponível gratuitamente para leitura através do site do CFFa e também em todos os dispositivos móveis. Nesta edição que fechamos o ano de 2017, temos reportagens atuais sobre os principais fatos da Fonoaudiologia, como a reportagem de capa que fala sobre a publicação do Protocolo dos Distúrbios de Voz Relacionado ao Trabalho, uma luta antiga de várias entidades entre elas o Sistema de Conselhos, que agora aguarda a publicação pelo Ministério da Saúde.

Nessa edição trazemos também na editoria de 'Fono na Política', uma matéria sobre o acordo firmado entre os Conselhos Federais de Fonoaudiologia e Psicologia para o uso da Coleção de Testes Neupsilin pelos profissionais fonoaudiólogos.

Na entrevista temos um bate-papo com a fonoaudióloga Maria Cristina Borges de Oliveira, que já foi conselheira federal, e nos conta sobre a importância do processo de Acreditação Nacional e Internacional em rede hospitalar. A entrevista aborda como as normas técnicas e processos que priorizam a segurança e qualidade, contribuem fortemente para as melhores práticas na assistência ao paciente.

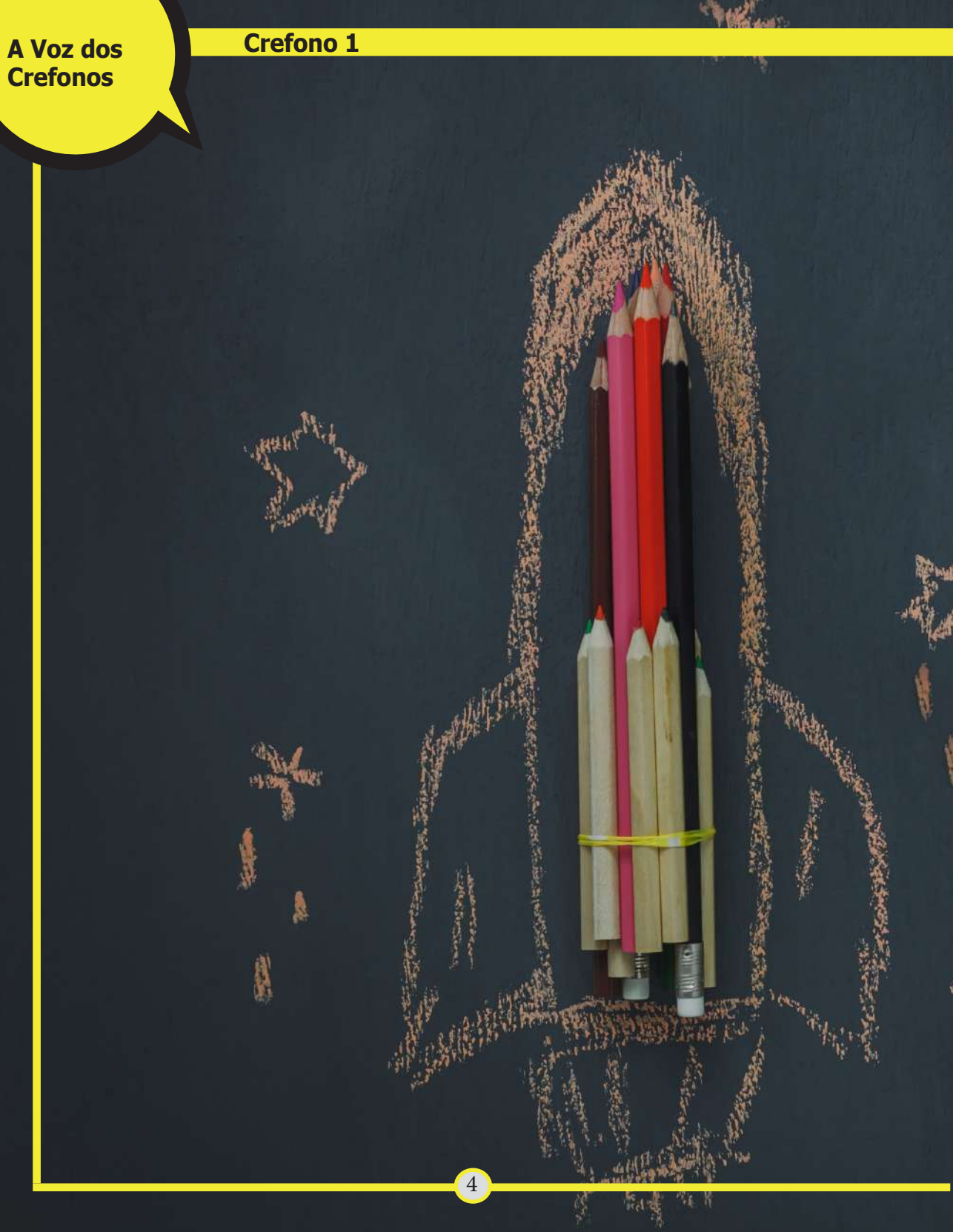
A Revista Comunicar nº 75 anuncia também a criação da nova especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia: "Fluência", normatizada pela Resolução CFFa nº 507/2017.

Nossa editoria de eventos lista os principais congressos da área para 2018, e temos também na editoria "Conselho Orienta" uma matéria sobre a utilização dos Parâmetros Assistenciais em Fonoaudiologia. Acompanhe também, na Voz dos Conselhos Regionais, seu o trabalho e atividades.

Boa Leitura e até 2018!

Thelma Costa

Presidente CFFa



INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE A FAVOR DA APRENDIZAGEM

A partir de novas práticas de ensino, alunos ganham autonomia, desenvoltura e pensamento crítico

Rose Maria - repórter

Jogos Vorazes é uma série de filmes americana baseada nos livros homônimos da autora também americana, Suzanne Collins. Em um futuro distante, depois do "fim do mundo", a população da América do Norte se divide em 12 distritos. Todos os anos, cada distrito é forçado a enviar membros (tributos), um menino e uma menina, para competir em um jogo mortal, e lutar entre si até restar apenas um sobrevivente.

Os três volumes da saga já venderam mais de 85 milhões de cópias em todo o mundo, foram traduzidos para pelo menos 26 idiomas e o último filme da trilogia, (Jogos Vorazes – A Esperança) foi líder de bilheteria nos cinemas do Brasil por semanas, em 2015.

Reynaldo Gomes Lopes (CRFa 1-6914), professor da Universidade Veiga de Almeida (UVA) há 10 anos, com mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), resolveu levar os Jogos Vorazes

para a sala de aula há cerca de quatro anos. Quando propõe o jogo nas disciplinas de Fonoaudiologia Fundamental, Surdez e Fonoaudiologia e Práticas Clínicas em Voz Cantada, em diferentes períodos, os grupos formados são os distritos, os acadêmicos são os tributos e ele, o professor, é o presidente.

"Nos Jogos Vorazes, as pessoas vão à guerra para defender seu território. O presidente no filme morre. Eu já digo para eles que eu não vou morrer (rs). E por que eu sou o presidente? Porque posso mudar de ideia a todo o momento, para que eles vejam que a regra é não ter regra. Eu quero fugir daquela prática onde um ou dois estudantes fazem a coisa e os outros vão no embalo. Consigo, dessa maneira, fazer com que eles se envolvam. Senão, no encaminhamento do jogo, eles ficam perdidos e vão se dar mal", conta Reynaldo Gomes.

E explica melhor: "Nesse jogo, ninguém morre, é claro. É uma grande brincadeira, que não deixa de ser um trabalho em grupo, um seminário ou uma pesquisa. Tudo começa a partir de um texto, sempre extraído da bibliografia básica das disciplinas que leciono, e a ideia é que o estudante se aproprie do conhecimento e, com isso, que ele aprenda de verdade e não simplesmente decore".

Arquivo Prof. Reynaldo Gomes

Além de materiais concretos baseados na literatura da disciplina, os alunos de Reynaldo Gomes produzem vídeos, textos, poemas, músicas ou paródias com os temas das aulas

Ao anunciar que na próxima aula ou na semana seguinte haverá Jogos Vorazes, Reynaldo Gomes escolhe os membros de cada distrito, formados por tributos que não são permanentes. São vários jogos durante o semestre, onde o professor vai mudando a composição do distrito a cada jogo, de forma aleatória, favorecendo a interação na sala de aula.

Os alunos têm que ler o texto previamente. Na hora do jogo, eles deverão estar preparados para que o presidente escolha um dos tributos para a pergunta, baseada no texto, e, no outro distrito, o tributo para responder. "Fazer a pergunta é fácil, só que não é só isso. Eu posso voltar o jogo e pedir que ele próprio responda a pergunta. Se, no distrito que foi escolhido, o tributo não sabe ou está inseguro, eu posso passar para outro distrito. Então, todos têm que ficar muito atentos no desenrolar do jogo", detalha Reynaldo.

Ao invés de apenas um sobrevivente, na opinião do professor, todos saem ganhando. "Eles ganham ponto extra, mas só vai ganhar quem estiver ali", ressalta.

Além do jogo baseado em perguntas, há também tarefas como montar parte do aparelho fonador com material de sucata, por exemplo. "Nessa dinâmica, cada distrito sabe que eles têm uma semana para montar uma laringe, uma língua, uma boca, uma prega vocal. Aí o trabalho corre mais solto: eles têm que buscar as informações e as peças e me trazer de volta alguma coisa que funcione. E eles vão criando. Eu acredito que, dessa forma, eles não esquecem o conteúdo, que é base para que eles possam estudar voz, por exemplo", conta Reynaldo Gomes.

Para saber exatamente qual o resultado dessa experiência a longo prazo para a retenção do conteúdo e consolidação do conhecimento, Reynaldo Gomes vem preparando um artigo científico. "O que observamos é que as provas ficam melhores, a participação nas aulas aumentou, eles têm uma apresentação melhor, maior desenvoltura. Para mim, pessoalmente e profissionalmente, é fantástico", admite ele, que compõe, desde 2014, um grupo de pesquisa de inovações em tecnologias de aprendizagem na UVA, sempre preocupado em pesquisar o perfil do aprendizado.

A proposta dos Jogos Vorazes nasceu de uma necessidade de Reynaldo Gomes na sala de aula. Para ele, as aulas expositivas são muito "chatas". "As novas gerações estão muito conectadas, querem uma coisa mais dinâmica", avalia. E Reynaldo Gomes conta que alguns professores do curso de Fonoaudiologia da UVA adaptaram a proposta para as

Arquivo Prof. Reynaldo Gomes

"Fazemos barulho e nos divertimos aprendendo", diz Reynaldo Gomes

suas realidades. "Não há uma fórmula fechada e, sim, uma ideia em movimento constante. Nunca um semestre foi igual ao outro nesses jogos".

Metodologia ativa

Da mesma forma, a professora Flávia Godinho Soares Barreto (CRFa 1-11151), do Centro Universitário Redentor (UniRedentor), em Itaperuna, no interior do estado, aboliu o data show de suas aulas em 2017. Membro do corpo discente da UniRedentor há 12 anos, Flávia Barreto passou a se incomodar com a dificuldade que seus alunos tinham para expor suas ideias e se posicionar diante das questões trazidas para a sala de aula. "Como vão evoluir num prontuário, por exemplo, depois de formados?", pergunta ela.

Assim, as aulas de Voz, Transtornos de Fluência, Dicção e Oratória e Avaliação e Terapia da Fala passaram a ter um cronograma, com artigos a serem lidos para cada aula, onde os alunos destacam o que consideram importante. "Discutimos o tema, então, em conjunto, na sala de aula. As vezes, a discussão se dá entre grupos de quatro pessoas ou duplas e eu vou registrando as conclusões mais relevantes. Outras vezes, a partir de uma ideia central, eles mesmos elaboram um problema e trazem a solução. Ou eu mesma posso trazer um caso clínico, por exemplo, e depois ouvir dos diferentes grupos a melhor conduta a ser seguida para aquele caso", conta.

A disposição na sala de aula mudou. As cadeiras não estão mais dispostas de frente para o quadro, mas em semicírculo. "Num primeiro momento, eles tiveram dificuldade de assimilar a proposta. Acharam tudo 'muito solto'. Voltei com o data show e eles mesmos pediram para eu parar, que estava muito monótono. Hoje, um já responde o outro sem que eu precise interferir. Sempre montamos juntos mapas com as ideias centrais. Eles vêm crescendo com as discussões e o desempenho melhorou sensivelmente", avalia.

Flávia Barreto foi a primeira professora do curso de Fonoaudiologia da UniRedentor a implantar a proposta

da metodologia ativa em suas aulas, trazida pela coordenadora Carolina de Freitas (CRFa 1-3347-6). “Começamos a estudar sobre as metodologias ativas em 2016, como uma prioridade. Todos os coordenadores de curso, através da Pró Reitoria de Graduação, foram motivados a procurar saber mais sobre esse novo olhar para a educação, porque percebemos que a maneira como os alunos aprendem mudou de forma significativa. Então, fizemos essa proposta aos professores, onde o foco muda: não é o ensino o mais importante e, sim, a aprendizagem. Não só ‘despejamos conteúdo’ no aluno”, explica Carolina de Freitas.

Para a coordenadora do curso de Fonoaudiologia da UniRedentor, as metodologias ativas vão proporcionar a autonomia do acadêmico, exigindo dele esforço, reflexão, análise e prática, sempre através da pesquisa de fontes confiáveis, sob orientação do professor. As aulas deixam de ser meramente expositivas. O professor, na verdade, passará a discutir dúvidas e focos de interesse dentro do conteúdo que ele apresentou anteriormente como tema, tendo alunos mais interessados e críticos à sua frente.

“Dá mais trabalho? Dá. O desafio é constante. Mas é muito mais gratificante”, arremata Flávia Barreto.

Arquivo pessoal

Carolina de Freitas: autonomia do aluno

Arquivo pessoal

Flávia Barreto: desafiador e gratificante

O papel da Fonoaudiologia

Claudia Xavier CRFa 2-5754

O Brasil é um dos cinco países considerados referência em aleitamento materno. De acordo com o estudo publicado pela revista Lancet, a taxa de aleitamento materno exclusivo no Brasil, até os seis meses de vida, é o dobro da registrada nos Estados Unidos, Reino Unido e China.

Um dos aspectos que colabora para esses índices elevados de aleitamento materno exclusivo é a atuação do fonoaudiólogo junto à equipe multiprofissional, desde o período neonatal. A fonoaudiologia no Brasil é, praticamente, pioneira nessa área.

Breve histórico da atuação fonoaudiológica na área de aleitamento materno.

Apesar de ter em sua formação, há muitos anos, tópicos relacionados ao aleitamento materno e sua importân-

Freepik.com

a no Aleitamento Materno

cia para o desenvolvimento global e orofacial, foi só na década de 90 que o fonoaudiólogo passou a atuar e desenvolver pesquisas na área.

Isso se deu, primeiramente, por meio do trabalho hospitalar com prematuros, em Unidades Neonatais. Em seguida, na avaliação de recém-nascidos a termo saudáveis em alojamento conjunto e, posteriormente, na maioria dos hospitais do país, em razão do grande movimento dos Hospitais Iniciativa Amigos da Criança (HIAC).

O fonoaudiólogo brasileiro possui inúmeras referências científicas na área, já utiliza protocolos de avaliação dos padrões relacionados à sucção/deglutição e já faz parte da maioria das equipes multiprofissionais das Unidades Neonatais. A Fonoaudiologia brasileira foi a primeira a conquistar uma lei que torna obrigatória a realização

da avaliação do frênulo lingual após o nascimento, o que possibilitou um novo olhar para a situação de alimentação e uma maior preocupação com os diversos fatores que levam ao desmame precoce.

Nos últimos anos, o fonoaudiólogo passou a atuar também no pré-natal, em Bancos de Leite, no atendimento domiciliar, em ambulatórios de seguimento, ambulatórios de especialidades e em centros especializados em reabilitação, com foco no aleitamento materno exclusivo e prolongado sempre que possível.

Não é à toa, portanto, que fonoaudiólogos de vários países do mundo têm buscado formação na área de aleitamento materno, alimentação e deglutição de bebês, aqui no Brasil.

Novos desafios

Até hoje, foram muitas as conquistas e evidências científicas da fonoaudiologia na área de aleitamento materno.

Mas o que é preciso ainda desenvolver?

É fundamental solidificar a formação, atuação e assistência no campo do aleitamento materno e na introdução da alimentação complementar, uma vez que são campos que envolvem o conhecimento em várias áreas, além de habilidades específicas para a atuação em neonatologia.

O fonoaudiólogo precisa desenvolver capacitação para o atendimento de bebês e mães em sua complexidade. Isso envolve conhecimento dos aspectos referentes à mãe, acolhimento, aconselhamento, orientação, avaliação da mama, patologias, hábitos e especificidades maternas, assim como também avaliação dos aspectos morfológicos, funcionais e neurológicos das estruturas do bebê envolvidas na amamentação, avaliação completa e específica da mamada e estabelecimento de condutas. Além da habilidade de comunicação e discussão com os demais profissionais envolvidos no caso.

> *"A Fonoaudiologia brasileira foi a primeira a conquistar uma lei que torna obrigatória a realização da avaliação do frênulo lingual após o nascimento"*

É também o momento de rever muitas das teorias, técnicas e hábitos da ro-

tina dos profissionais da área da saúde que envolvem o aleitamento materno, na medida em que já possui prática e embasamento teórico para isso. Muitas dessas teorias e condutas tornaram-se aceitas ao longo dos anos, mas, hoje, algumas já são questionadas, como por exemplo, a teoria da "confusão de bicos", utilização de complemento, entre outros. O fonoaudiólogo precisará comprovar seus resultados e aprimorar essas teorias e condutas. São necessárias mais evidências científicas.

Atualmente, observa-se que muitos profissionais da área da saúde e, inclusive, de outras áreas também, apresentam interesse em atuar com aleitamento materno. Torna-se, assim, ainda mais importante o fonoaudiólogo mostrar o seu diferencial, uma vez que é o único profissional da área da saúde habilitado pela graduação para a avaliação dos padrões de sucção e deglutição. Nesse sentido, faz parte de uma equipe multidisciplinar na qual o olhar e avaliação específica passam a ser fundamentais.

É, talvez, o momento para uma maior união da classe, buscando uma formação sólida, ética e com evidências científicas na área de aleitamento materno. Uma união que favorecerá o mercado de trabalho para o fonoaudiólogo e um melhor desenvolvimento dos bebês.

Arquivo Pessoal

* Claudia Xavier é Conselheira do CRFa 2ª Região/SP, Doutora em Neurociências e Comportamento pela USP/SP, Mestre pela Western Michigan University (EUA), Graduada pela PUC/SP, Especialista em Motricidade Orofacial, Coordenadora e responsável pelo do Núcleo de Estudos Claudia Xavier/SP, Membro da Equipe Neonatal e Banco de leite do Hospital Ipiranga – Secretaria do Estado SP e atua com aleitamento materno, alimentação e desenvolvimento de bebês há 31 anos.

Ginástica Cerebral: um estímulo para as funções cognitivas

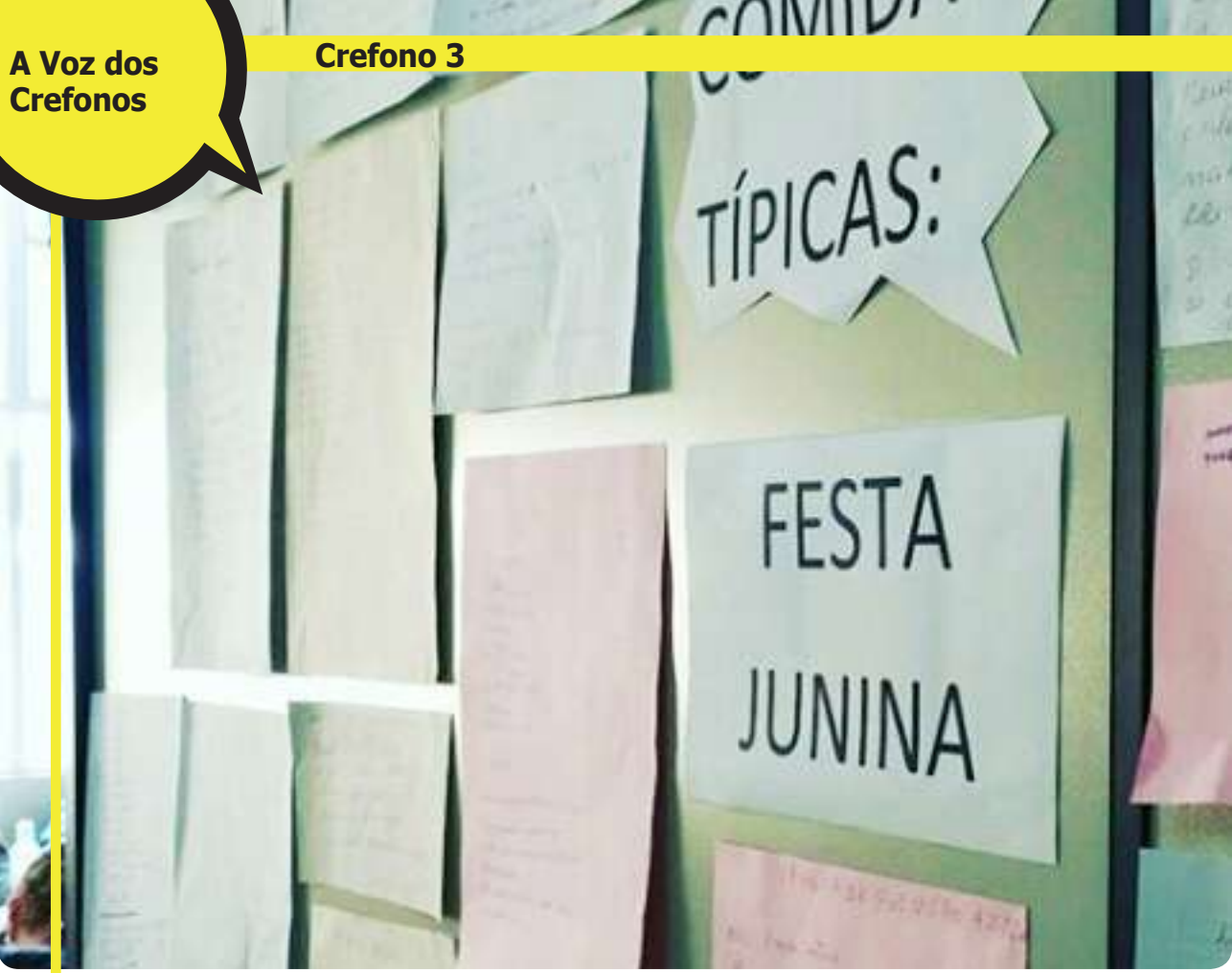
Idosos de Blumenau participam de oficina promovida a partir de uma parceria entre a fonoaudiologia e a terapia ocupacional

Gheysa Padilha - repórter

A última Tabela de Expectativa de Sobrevida do cidadão brasileiro divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, mostra que a média passou dos atuais 75,2 anos para 75,5 anos de idade. A tabela cheia revela que a atual expectativa de sobrevida dos homens, passou de 71,6 anos para 71,9 anos e, para as mulheres, de 78,8 anos para 79,1 anos.

Partindo desta perspectiva, a estimulação cognitiva vem ao encontro desta nova realidade, pois quanto mais idade, maiores são as chances de um idoso desenvolver doenças do esquecimento. "As pessoas ainda estão muito preocupadas em fazer exercícios para a memória. No entanto, é necessário compreender que a atenção é a principal função cognitiva para iniciar o caminho até a memória: registro, retenção e resgate da informação", explica a fonoaudióloga Ângela Braga (CRFa 3-2136), que atua no Centro de Saúde do Idoso, em Blumenau (SC), em parceria com a terapeuta ocupacional, Dejaina Bu-

Fotos:Prefeitura Municipal de Blumenau/Divulgação



dal Arins (Crefito 10/6970 TO), na oficina de estimulação cognitiva chamada de Ginástica Cerebral.

As atividades são voltadas para as pessoas acima de 60 anos, que participam da Fundação Pro-Família/Programa Pro-Idoso. De acordo com as profissionais, o trabalho de estimulação é para melhorar o desempenho das funções cognitivas, dos processos mentais, que permitem lembrar, pensar, raciocinar, resolver problemas, prestar atenção.

Ao todo, são seis turmas com no máximo 16 pessoas, que se encontram uma vez por semana, com a duração de 1h30. "Nosso desafio maior é o de ativar os recursos cognitivos, proporcionando novos estímulos ao cérebro, despertando outros raciocínios, possibilitando maneiras diferentes de perceber situações a sua volta", relata Angela.

A terapeuta ocupacional Dejaína acrescenta: "buscamos também trabalhar os hábitos diários, a qualidade de vida e o autoconhecimento, uma vez que estão diretamente relacionadas

com a saúde mental e a qualidade da memória", ressalta.

As oficinas de 2017 foram planejadas com uma temática mensal, de acordo com os acontecimentos factuais, contextualizando o assunto e a sua história como, por exemplo, o feriado de carnaval, alimentação, chás, páscoa, festa junina e a primavera. "Todos os materiais que utilizamos foram confeccionados e aplicados com o foco na aprendizagem por meio dos sentidos", explica Angela.

Segundo avaliam as profissionais, essa ação multiprofissional e interdisciplinar da fonoaudiologia e da terapia ocupacional vai ao encontro com a visão global, que ambas têm desde a época de formação. "Na intervenção em conjunto conseguimos construir atividades e aplicá-las de uma forma ampla, de forma que o paciente se sinta motivado e aberto para novos aprendizados, possibilitando o desenvolvimento de habilidades que até então, talvez ele nunca tenha vivenciado", define a fonoaudióloga.

Crefono 4 comemora 20 anos

Solenidade e inauguração da Galeria de Presidentes marcaram data no Recife

Ascom Crefono 4

Maurício Junior - repórter

O Conselho Regional de Fonoaudiologia da 4ª Região (Crefono 4) celebrou 20 anos de existência. Instalado em 22 de agosto de 1997, por meio da Resolução CFFa nº 197, o Crefono 4 funcionou inicialmente com uma junta administrativa composta por oito fonoaudiólogos. Em 03 de dezembro daquele mesmo ano, foi eleito o 1° Colegiado para o triênio 1998-2000. Tomou posse em 31 de março de 1998 e foi presidido pela fonoaudióloga pernambucana Maroli Barreto Carvalho (CRFa 4-2503), que até então carregava na bagagem uma experiência de duas gestões como conselheira do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa).

"Recebi o convite para presidir o Crefono 4 com muita felicidade. Para minha surpresa, o CFFa definiu Recife como sede. Naquela época, a principal dificuldade encontrada pelos fonoaudiólogos do Nordeste era o acesso ao Conselho Federal em Brasília. Passados 20 anos, hoje, o sentimento é de alegria e dever cumprido", resumiu Maroli.

Em 13 de maio de 2006, a 4ª Região foi desmembrada, ficando sua jurisdição restrita a Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Os estados do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte passaram a fazer parte do Crefono 8, hoje presidido pelo fonoaudiólogo Charleston Palmeira.

Ascom Crefono 4

A atual presidente, Juliana Fraga e a primeira presidente, Maroli Barreto

"Sentíamos dificuldade para governar os nove estados do Nordeste. O desmembramento do Rio Grande do Norte até o Maranhão era necessário até por questões de logística. Passávamos o dia todo para chegar a esses estados e fiscalizar. Hoje temos o Crefono 8", detalhou Maroli Barreto.

Diante da grande quantidade de fonoaudiólogos registrados em Salvador, na Bahia, o Crefono 4 ganhou, em 30 de março de 2012, a sua primeira Delegacia. Com a instalação, o principal be-

Ascom Crefono 4

A diretoria do Crefono 4 e o assessor júridico-Bianca Queriroga- Juliana Fraga- Dr. Ricardo Toscano -Silvia Benevides e Jonia Lucena

nefício para os profissionais baianos é a agilidade dos serviços prestados pelo Conselho. "Nenhum fonoaudiólogo da Bahia precisa mais enviar documentos para a nossa sede, no Recife. A partir de agora, todos os serviços relativos à documentação, inscrição e boletos são realizados na Delegacia", explicou a coordenadora administrativa do Crefono 4, Maria José.

Para celebrar as duas décadas do Órgão, além dos cinco anos da Delegacia em Salvador, o atual colegiado, presidido pela fonoaudióloga Juliana de Arruda Fraga Correia (CRFa 4-7880), inaugurou, na última Sessão Plenária Ordinária, realizada em dezembro de 2017, a Galeria de Presidentes, homenageando todas que passaram pelo Conselho e contribuíram para o desenvolvimento da Fonoaudiologia no Nordeste. Uma solenidade também marcou as comemorações dos 20 anos do Crefono 4.

"O tempo é valioso para construir grandes vínculos. É por isso que o Crefono 4 é grato a todos os colegiados que direta e indiretamente dedicaram um pouco do tempo em prol do fortalecimento da Fonoaudiologia da nossa região. Sinto-me honrada em fazer parte dessa história", finalizou a atual presidente do Crefono 4, Juliana Fraga, que em seu discurso também agradeceu a cada um dos funcionários do Regional.

Presidentes Crefono 4

Maroli Barreto Carvalho
1º e 2º Colegiado / 1998 a 2004

Ana Augusta de A. Cordeiro
3º Colegiado / 2004 a 2006

Flávia Lumack do Monte
3º Colegiado / 2006 a 2007

Bianca Arruda M. de Queiroga
4º Colegiado / 2007 a 2010

Ana Cristina de A. Montenegro
5º Colegiado / 2010 a 2013

Sandra Maria Alencastro de Oliveira
6º Colegiado / 2013 a 2016

Juliana de Arruda Fraga Correia
7º Colegiado / 2016 a 2019

Nossos Atuais Funcionários

Rita de Cássia (Fiscal), Nize Andrade (Registro), Oilda Silva (Fiscal), Marta Cristina (Tesouraria), Maria José (Coordenação Administrativa) e Maxwell Morais (Tesouraria)

Delegacia - Nossas representantes em Salvador: Pétala dos Santos (Fiscal) e Juliana Araújo (Administrativo)

EQUIPE - Nosso time ainda conta com Américo Ferreira (Apoio Coordenação), Amanda Cruz (ASG), Kelly Amorim (Apoio Registro), Felipe Lima (Apoio Delegacia), Maurício Júnior (Assessoria de Comunicação) e Ricardo Toscano (Assessoria Jurídica)

ATUAL DIRETORIA

Juliana Fraga (Presidente)
Jonia Lucena (Diretora Secretária)
Silvia Benevides (Vice-presidente)
Bianca Queiroga (Diretora Tesoureira)

CONSELHEIROS EFETIVOS

PE
Bianca Arruda M. Queiroga - CRFa 4-5115
Cláudia Rejane Lemos Silva - CRFa 4-4412
Jonia Alves Lucena - CRFa 4-5048
Juliana de Arruda F. Correia - CRFa 4-7880
BA
Lia Bernadeth A. de Oliveira- CRFa 4-8418
Silvia D. Benevides - CRFa 4-5719
PB
Lavinia W. Brandão - CRFa 4-8734-2
Wagner Teobaldo L. Andrade - CRFa 4-7832
AL
Gabriela Silveira Sostenes - CRFa 4-6334
SE
Cláudia Sordi - CRFa 4-2820-3

CONSELHEIROS SUPLENTES

PE
Cibelle G. de M. S. Carvalho - CRFa 4-7608
Cristiane Cunha S. Ferracciu - CRFa 4-8669-2
Jamile Meira de Vasconcelos - CRFa 4-6693
Maria Conceição C. da Silveira - CRFa 4-1030
Micheline C. R. Vasconcelos - CRFa 4-5363
BA
Daniel de Carvalho Vaz - CRFa 4-10244
Nilma Lima dos Santos - CRFa 4-9054
PB
Maria Edvany de M Pereira - CRFa 4-3988
AL
Rayné Moreira Melo Santos - CRFa 4-7472
SE
Janayna de Aguiar Trench - CRFa 4 -10726

Freepik.com

Fonoaudiólogos do Amapá recebem **Conselho Itinerante**

Suzana Campos - repórter

O Conselho Itinerante do CRFa 5ª Região é uma ação que leva o Conselho aos profissionais, esclarecendo dúvidas e ouvindo sugestões. O estado do Amapá recebeu os conselheiros para reuniões, na tentativa de aproximar o órgão dos estados da jurisdição e discutir temas relacionados à Fonoaudiologia local. As atividades aconteceram dias 24 e 25 de agosto.

A primeira ação aconteceu na manhã do dia 24, com reunião do conselheiro Danilo Mantovani (CRFa 5-15231-2), com a superintendente da Área da Saúde (SESA), Elioneide Almeida Monteiro, que reconheceu a carência de profissionais. Entretanto, segundo a superintendente, a dificuldade de contratação está no limite orçamentário.

Ainda no intuito de orientar e fiscalizar os profissionais nos locais em que não há sede ou delegacias, o Conselho Itinerante no Amapá contou ainda com bons resultados em Fonoaudiolo-

gia na Educação. A ação ocorreu através de reunião com representantes das esferas municipal e estadual de educação: Moisés Rivaldo e Dina Melo, respectivamente. Conforme relata o conselheiro Danilo Mantovani, a reunião foi satisfatória, pois ambos os secretários foram mobilizados e foi possível identificar resultados imediatos.

"Para o Estado, como já há fonoaudiólogos lotados na educação, será apresentado um Projeto Piloto, com um dos profissionais que já atuam na rede. Já no Município de Macapá, será apresentada uma proposta com ações que englobam palestras aos pais e orientação aos professores sobre a atuação da Fonoaudiologia na Educação, e também sobre a promoção da saúde vocal", conta o conselheiro.

Ainda sobre esses resultados, a presidente do CRFa 5ª Região, Christiane Tanigute (CRFa 5-0323), avalia que o Conselho Itinerante no Amapá atingiu um de seus objetivos primordiais que é de fomentar a inserção do fonoaudiólogo no mercado de trabalho local.

Orientação e Fiscalização

Os representantes do CRFa 5ª Região reuniram-se com profissionais do Amapá no segundo dia do Conselho Itinerante. O encontro possibilitou interação com os fonoaudiólogos, através de orientações sobre as ações de-

Fotos Arquivo Crefono 5

Reunião com Superintendente da Secretaria de Saúde, Elioneide Almeida Monteiro

Reunião com a Secretária Adjunta de Políticas de Educação do Amapá, Dina Melo

Reunião com Secretário Municipal de Educação, Moises Rivaldo

Encontro do Crefono5 com Fonoaudiólogos do Amapá

Encontro do Crefono5 com os representantes do Sindicato de Fonaoudiólogos do Estado do Amapá

senvolvidas pelo Conselho Regional. "Aproveitamos para esclarecer dúvidas sobre os Parâmetros Assistenciais, que é uma campanha desenvolvida pela Comissão de Orientação e Fiscalização do Sistema de Conselhos", informou Neyla Arroyo Lara Mourão (CRFa 5-020), diretora-secretária do CRFa 5ª Região.

E para encerrar as atividades, os profissionais do Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Amapá puderam dialogar com o CRFa 5ª Região. A presidente do sindicato, Fabyanna Loiola (CRFa 5-7295), informou que as atividades de estruturação do sindicato deu-se há dois anos, mas ainda falta a inscrição sindical no Ministério do Trabalho e Emprego. "Assim que estivermos com regularização em dia, nosso primeiro objetivo é trabalhar na tabela de honorários", assinalou Fabyanna Loiola, que fez questão de ressaltar a importância da presença do Conselho no estado: "Esta visita caracterizou-se pela interação entre os profissionais, e o Conselho mostrou-se disponível à orientação", finalizou.

Fonoaudiólogos do Tocantins participam de seminário sobre Parâmetros Assistenciais

Arquivo Crefono 5

Suzana Campos - repórter

No dia 13 de setembro, a capital do Tocantins, Palmas, foi palco de um importante evento promovido pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia 5ª Região: o Seminário sobre Parâmetros Assistenciais em Fonoaudiologia. Com a participação de fonoaudiólogos da região, a fiscal Juliana Ferraz (CRFa 5-5218-6), dialogou com os presentes sobre a Resolução CFFa nº488/2016, que "Dispõe sobre aprovação do documento que estipula os Parâmetros Assistenciais em Fonoaudiologia, e dá outras providências".

O seminário faz parte da I Campanha de Orientação e Fiscalização do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia, que tem como tema central os Parâmetros Assistenciais. O evento, coordenado pela Comissão de Orientação e Fiscalização, tem como objetivo levar aos profissionais informações precisas sobre o número de fonoaudiólogos necessários aos serviços e a quantidade de procedimentos realizados com base em uma jornada de trabalho de seis horas diárias. E esse foi o tema da palestra da fiscal Juliana Ferraz Pimentel aos fonoaudiólogos presentes, que puderam, ao final palestra, esclarecer dúvidas sobre os Parâmetros Assistenciais.

Dislexia em pauta no CR

Evento que aconteceu em parceria com o LETRA promoveu conhecim

O público foi composto por fonoaudiólogos, acadêmicos de Fonoaudiologia e pessoas com dislexia

Fa 6ª Região

ento e troca de experiência

Isadora Dantas - repórter

Anualmente, o Instituto ABCD promove a Semana da Dislexia. Neste ano, celebrada entre 03 e 10 de outubro, a Semana contou com ações que divulgaram o transtorno de aprendizagem e o colocou em posição de destaque nacional.

Para participar da Semana, o Crefono 6 organizou um evento que levou ao Espaço do Fonoaudiólogo o Laboratório de Estudos dos Transtornos de Aprendizagem (LETRA), da UFMG. Na mesa redonda 100% interativa, estavam presentes a neuropediatra Dra Cláudia Machado, as fonoaudiólogas Luciana Mendonça (CRFa 6-1319), Débora Lodi (CRFa 6-5743) e Juliana Aguiar (CRFa 6-6325), além da terapeuta ocupacional, Juliana Flores.

As convidadas apresentaram um quiz com perguntas quanto às características do transtorno, fatores predisponentes, sinais precoces, avaliação e atuação em equipe, diagnóstico diferencial e inclusão. Utilizando placas com as alternativas das respostas, o

Ascom Crefono 6

Durante o evento, o público participou ativamente do quiz proposto pelas convidadas

público levantava aquela que acreditava estar correta e a equipe do LETRA explicava a resposta com exemplos e discussão de casos, tornando a noite repleta de conhecimento. Segundo o acadêmico de Fonoaudiologia, André Sabino, que participou do evento, a dinâmica chamou a atenção e ajudou a esclarecer quanto à atuação da Fonoaudiologia nesses casos: "A dinâmica do evento foi sensacional, nem parecia uma palestra. Para mim, esclareceu muito quanto à atuação do fonoaudiólogo na educação, na identificação de sinais de alerta para o encaminhamento para avaliação e diagnóstico precoce".

A fonoaudióloga Adriana Quintão (CRFa 6-1595), outra participante do evento, só teve elogios para a iniciativa do Conselho: "Eu atuo com Fonoaudiologia Educacional no município de Itabira (MG). O evento foi muito rico e com certeza contribuiu com minha atuação. Onde atuo, temos muitas dúvidas quanto à abordagem dos transtornos no ambiente escolar. Sempre estou em contato com o Crefono 6 para obter orientações, então só tenho a elogiar esta iniciativa. Já estou repassando tudo às colegas que não puderam comparecer", contou.

De acordo com as comissões do Crefono 6, até o final deste ano, diversos eventos como o da Semana da Dislexia acontecerão em cidades diferentes. O objetivo destas atividades é esclarecer as dúvidas dos inscritos e auxiliar na prática diária da Fonoaudiologia.

Há uma década, projeto gaúcho leva consciência fonológica à alfabetização

Cibele Avendano

Nomes esquerda p/direita: Marília Marques Lopes, Ana Paula Rigatti Scherer, Vera Pereira e Clarice Wolff

Cibele Avendano - repórter

ALETRA é o nome do projeto que nasceu das ideias em comum de uma professora e um pequeno grupo de pós-graduandas da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio Grande do Sul, em junho de 2007. A doutoranda Fga.Ana Paula Rigatti Scherer (CRFa 7-7596) e a mestranda Fga.Clarice Wollff (CRFA7-5779) foram fundadoras deste grupo, que contou com a experiência da professora Vera Pereira, que já há algum tempo dedicava-se a organizar formações para professores estaduais, e organizaram um grupo de estudos para mostrar que o desenvolvimento de ha-

bilidades como rima, separação de sílabas, aliteração, podia facilitar a chegada das crianças naquilo que é necessário para escrever e ler bem.

"Queríamos produzir conteúdo na prática, que inspirasse os professores das séries iniciais sobre a linguagem, a leitura e a escrita. Ansiávamos colocar em ação a teoria que estava nas prateleiras das bibliotecas, nos artigos das revistas especializadas e nos arquivos de computadores", explica a fonoaudióloga Clarice. Anualmente acontecia a jornada em parceria com a Faculdade de Educação e Letras. Também aconteciam oficinas aos sábados onde foram criados espaços de palestras, mesas redondas, minicursos e oficinas para fazer entender que aquilo que está sendo lido tem um som: a relação fonema – grafema.

Num dos primeiros eventos, sem muita divulgação, reuniram-se cerca de 200 pessoas causando uma mescla de espanto e alegria. "Preparamos uma sala com algumas cadeiras e quando nos demos conta estava lotada e faltando espaço físico, literalmente," conta Clarice. O projeto cresceu, tomou cada vez mais corpo e os eventos, sempre gratuitos, passaram a reunir um grande número de profissionais de educação, sedentos por novas práticas de ensino na área da linguagem. "A gente não defende método de alfabetização nenhum. A gente defende uma metodologia aliada à psicolinguística: o que a criança precisa ter para conseguir se alfabetizar melhor e mais rapidamente", explica a fonoaudióloga Ana Paula.

Após alguns anos, porém, sem uma estrutura consistente, sem verbas e com as pessoas tendo que dar prioridade às suas vidas familiar, acadêmica e profissional, o projeto viveu uma fase de inten-

Cibele Avendano

Ana Paula Rigatti Scherer e Clarice Wolff

sidade mais fraca. “A retomada se deu mesmo no final de 2014. Eu fui dar uma palestra na UniRitter – conta Clarice– e, de repente, uma professora se levantou no meio da plateia dizendo que me conhecia e fazendo rasgados elogios ao Projeto ALETRA. No final, diversas pessoas vieram me pedir mais informações. Chamei a Ana Paula e decidimos reativar com força o projeto”.

A partir de 2015, então Ana Paula como professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Clarice como fonoaudióloga do curso e Marília Lopes, doutora em Letras e técnica administrativa, conseguiram alocar o projeto como Curso de Extensão da UFRGS.

Fonoaudiologia Educacional

A atuação do fonoaudiólogo na Educação compreende a promoção da saúde e a prevenção de alterações relacionadas à audição, linguagem (oral e escrita), motricidade oral e voz, visando favorecer e otimizar o processo de ensino e aprendizagem. Envolve a capacitação do educador e a assessoria às equipes de escolas regulares com foco em linguagem.

Primeira cirurgia de implante coclear do Maranhão é realizada em São Luís

Resultados são considerados satisfatórios e adaptação é percebida por familiares

Arquivo Hospital São Domingos

Thaiane Firmino - repórter

Amparada por complexa tecnologia, a primeira cirurgia de implante coclear do estado do Maranhão foi realizada no mês de julho, no Hospital São Domingos. O procedimento, que beneficia pacientes com perda auditiva severa e profunda em ambos os ouvidos, teve duração de três horas. A intervenção contou com equipe multiprofissional formada por médicos, fonoaudiólogos, enfermeiros e psicólogos, e o paciente respondeu positivamente à interferência cirúrgica.

Utilizado há mais de 30 anos, o implante coclear promove a reabilitação em quem não é favorecido com o uso de aparelhos auditivos convencionais. A cirurgia é feita para estimular diretamente o nervo auditivo e possibilitar a percepção dos sons. O dispositivo implantado fica localizado na parte interna e atrás da orelha, e o aparelho é ligado por meio de um sistema de computação que passa dados e corrente elétrica para o implante, o que gera a necessidade de programação individualizada.

Antes de ser submetido à cirurgia, Renato Araújo Pestana, que completou um ano há poucos meses, participou de avaliação com a fonoaudióloga e especialista em Audiologia, Érica Caldas (CRFa 8-8487). A profissional realizou minuciosa análise auditiva, através de testes e exames. “Confirmamos o diagnóstico de surdez profunda nos dois ouvidos e iniciamos a preparação para a cirurgia”, contou. Durante o procedimento cirúrgico Caldas desenvolveu testes de telemetria de impedância - para avaliar a integridade e funcionalidade do implante coclear antes que a intervenção fosse fechada. “A cirurgia foi o primeiro passo. Os mapeamentos serão realizados com frequência para acompanharmos o estado do paciente, que deverá realizar terapia auditiva, além de ser estimulado pela família e na escola”, explicou.

Após 40 dias da realização da cirurgia o implante foi ativado e, apesar de ter chorado no momento da ativação, nos dias seguintes o bebê apresentou adaptação. “Podemos dizer que ele tinha um nervo que estava adormecido e de repente recebeu um estímulo totalmente desconhecido. É natural que aconteça o choro. Precisamos agora dar tempo para que ele corresponda às nossas expectativas. Renato está iniciando no mundo sonoro e tem muito para experienciar”, destacou a fonoaudióloga.

Para a médica otorrinolaringologista, Aline Bittencourt, a realização desse tipo de cirurgia é um marco para o estado. Segundo ela, pacientes implantados anteriormente não dispunham de equipe preparada e, por isso, realizavam o procedimento fora do Mara-

Arquivo Crefono 8

Paciente respondeu satisfatoriamente ao procedimento e família aprovou o resultado.

nhão. Ainda de acordo com a médica, o implante pioneiro foi realizado conforme planejado. "A cirurgia foi tranquila. A anatomia do paciente não apresentava variações, o que permitiu que o feixe de eletrodos (circuito elétrico) fosse inserido completamente. Renato teve alta hospitalar com menos de 24 horas. Removemos o curativo com 72 horas da cirurgia e os pontos com dez dias. Por ter realizado a cirurgia em ambas as orelhas esperamos que ele desenvolva a fala e habilidades auditivas como qualquer outra criança da sua idade", disse.

Segundo Naura Coelho de Araújo, mãe do paciente, apesar do desgaste que envolve a parte burocrática do processo, há confiança de que o implante coclear corresponda às expectativas da família. "Fazer e receber exames foi algo bem estressante. Então, estar percebendo a evolução do meu filho após a cirurgia, é muito bom. Outro dia ele até dançou quando escutou uma música", contou entusiasmada.

"A Acreditação impacta na mudança da cultura de Segurança"

O Conselho de Fonoaudiologia de São Paulo entrevistou a fonoaudióloga Maria Cristina B. de Oliveira (CRFa 2-3853), Coordenadora do Departamento de Fonoaudiologia Adulto da Rede D'Or São Luiz - Unidades Itaim e Jabaquara e Hospital da Criança, especialista em Disfagia pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia e em Gerontologia pela UNIFESP . Maria Cristina conta um pouco da sua experiência nos processos de Acreditação Nacional e Internacional em rede hospitalar, onde atua há 25 anos, e aborda que os requisitos definidos para ter o selo de Acreditação, como normas técnicas e processos que priorizem a segurança e qualidade, contribuem fortemente para as melhores práticas na assistência ao paciente.

Revista Comunicar - Como funciona o processo de Acreditação?

Maria Cristina - A Acreditação é o reconhecimento formal, realizado por entidades que certificam a qualidade de serviços de saúde através de padrões orientadores. O objetivo é avaliar os processos de segurança e qualidade no cuidado ao paciente.

Para falar do processo de Acreditação, é muito importante abordar um pouco da história sobre a qualidade e segurança no cuidado ao paciente. Sempre se falou em atenção e cuidado à saúde, com todas as variáveis, desde o sec. IV aC. Mas, em 1980, foi fundado o Institute for Healthcare Improvement (IHI), com o objetivo de difundir as melhores práticas na área da saúde. Em 1984, durante a Primeira Conferência Internacional da Sociedade Internacional

para a Qualidade na Assistência à Saúde (ISQua), líderes focados na discussão da qualidade e segurança na assistência ao paciente redesenharam orientações para ajudar qualquer organização a fazer um cuidado de saúde melhor.

Atualmente, existem três principais Acreditações Hospitalares: a Organização Nacional de Acreditação (ONA), que certifica a qualidade dos serviços de saúde no Brasil, com foco na Segurança do paciente. Tem como instrumento base de sua metodologia o Manual Brasileiro de Acreditação, para avaliação de instituições de saúde que buscam utilizar o processo para aprimorar seus serviços e alcançar a excelência; a metodologia Canadense, "QMentum International™", que utiliza ferramentas voltadas para a avaliação e reestruturação dos processos de trabalho. Toda a metodologia está alinhada com os princípios de estrutura, assistência, segurança do paciente e gestão de risco; e a Joint Commission International (JCI), nos Estados Unidos. A organização tem como métrica ajudar os líderes nos cuidados de saúde para melhorar a qualidade, segurança e eficiência, como um objetivo compartilhado.

> *"Todos os processos necessitarão estar alinhados com as metas internacionais de segurança, qualidade centrada na linha do cuidado ao paciente."*

Portanto, seguindo os modelos e critérios estabelecidos, o Hospital necessita de preparação, por meio de uma consultoria das Certificadoras, órgãos não governamentais, com profissionais avaliadores que de uma maneira crescente participarão do amadurecimento do Hospital para a Acreditação.

Participo de Acreditações desde 1999. Fui avaliada por certificadoras para Acreditação da ONA, QMentum Internacional e Joint Commission International. Sempre é um grande aprendizado, pois da documentação preparada à assistência realizada ao paciente, "todos" os processos necessitarão estar alinhados com as metas internacionais de segurança, qualidade centrada na linha do cuidado ao paciente.

A Avaliação têm várias etapas. Uma delas é a tracer, quando é observada e analisada a passagem do paciente, na

Raíza Rocha

Maria Cristina Borges de Oliveira

Instituição, desde o momento de sua admissão. Essa etapa fomenta padrões de segurança que devem ser seguidos por todas as pessoas envolvidas nesse caminho. É realizada através da análise de prontuário, o que demonstra a importância, da descrição de forma clara de todos os procedimentos realizados pelo profissional sem esquecer nenhuma fase do preenchimento.

Outras etapas da avaliação são: estrutura da instituição, o recurso físico, material, equipamentos, mapeamento de processos, mapa organizacional e a gestão de risco. De forma geral, observam se a estrutura de assistência para o paciente é adequada; se os profissionais que atuam com aquele paciente são capacitados para dar a assistência devida, e se aplicam os padrões de segurança internacional durante todo o fluxo desse paciente na instituição; avalia-se o plano de cuidado adotado, a participação do paciente e familiar na decisão, os protocolos internacionais e institucionais, os bundles com os resul-

tados obtidos. Quando houver eventos, como são notificados e a tratativa e plano de contingência para criar barreiras em todo o fluxo do paciente na Instituição e assim obter ciclo de melhoria contínua na linha de cuidado.

Nesse sentido, o fonoaudiólogo precisa saber e seguir as metas internacionais de segurança, mitigando os riscos associados à assistência, independente do seu local de atuação, Hospital, Home Care, Centros de Reabilitação, Clínicas ou Consultórios, pois isso garante equidade, eficiência e qualidade na assistência.

> *"O fonoaudiólogo precisa saber e seguir as metas internacionais de segurança"*

Revista Comunicar - Quais seriam essas principais barreiras de segurança e como o setor de fonoaudiologia pode contribuir nesse processo?

Maria Cristina - Acho importante o fonoaudiólogo entender sobre as metas internacionais de segurança do paciente, algumas não fazem parte da nossa assistência, mas precisamos pensar sempre como elas nos direcionam para minimizar riscos e danos ao paciente. São seis metas internacionais de Segurança do Paciente: meta 1 - identificar corretamente o paciente; meta 2 - melhorar a comunicação entre os profissionais de saúde; meta 3 - melhorar a segurança na prescrição, no uso e na administração de medicamentos; meta 4 - assegurar a cirurgia em local de intervenção, procedimento e paciente corretos; meta 5 - higienizar as mãos para evitar infecções e meta 6 - reduzir o risco de quedas e úlceras por pressão.

No nosso caso, por exemplo, como fonoaudiólogo, qual seria a primeira barreira para evitar erros na assistência ao paciente? O profissional que atua em hospital, por exemplo, precisa conhecer o paciente por meio do estudo de prontuário, saber a patologia que o levou à internação, comorbidades e riscos associados, conversar com a equipe multiprofissional e, no momento da avaliação, checar, através dos identificadores, se aquele é o paciente correto. Essa já é uma barreira. Após a checagem, conversar com o paciente e familiar para maiores dados pertinen-

tes à avaliação.

Também dentro do consultório, o fonoaudiólogo precisa estar preocupado com as barreiras. Quando você atende dois pacientes com nomes semelhantes no consultório, como é que você os diferencia? Usamos a Meta 1, de segurança do paciente, para identificarmos corretamente por meio de dois identificadores: nome completo e data de nascimento. Com a barreira instalada, não fará procedimento errado com o paciente.

A comunicação efetiva no consultório também é fundamental para dificultar incidentes. É muito importante conversar com os demais profissionais envolvidos para confirmar informações e avaliações. E tudo deve ser transcrito e carimbado. Documentar tudo também é uma barreira importante, como nos orienta a Meta 2.

O seu consultório está preparado para receber crianças, idosos e pacientes vulneráveis e impedir riscos de queda? A higienização das mãos deve ser preconizada em todos os ambientes, não se esquecendo dos cinco momentos para a realização do processo. Seu treinamento de higienização das mãos é atualizado anualmente? Você tem curso de brigada de incêndio?

Assim como qualquer outro profissional, o fonoaudiólogo tem um papel muito importante na assistência e sua atuação pode significar melhoria na qualidade da vida ou pode causar incidente ao paciente. Conhecer e seguir os padrões nacionais e internacionais de segurança do paciente, bem como monitorar o seu próprio trabalho, avaliando a linha de processo de cuidado e documentando o que é realizado são medidas importantes de segurança para o paciente e profissional.

Revista Comunicar - Como esse processo de Acreditação Hospitalar impacta na área da Fonoaudiologia?

Maria Cristina - Em minha opinião, o impacto mais importante é a mudança na cultura de Segurança. A Acreditação ajuda o profissional a equilibrar a documentação dos processos e a assistência, desde a assistência ao registro em prontuário, do registro do prontuário à comunicação com a equipe ou multiprofissional, notificando incoerências para que haja melhoria de processo. Isso com certeza tem impacto no olhar de toda equipe, o que contribui para o exercício da profissão de forma ética e segura. É um aperfeiçoamento profissional para qualquer especialista. ■

Fonoaudi
Pr
Relaci

ologia aguarda publicação do rotocolo de Voz onado ao Trabalho

Suzana Campos - repórter

Há tempos o Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia trabalha para que os Distúrbios de Voz Relacionado ao Trabalho sejam reconhecidos como agravo pelo Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho. Depois da criação de vários Grupos de Trabalho e consultas públicas, a boa notícia chegou em agosto/2017, pela consultora técnica da coordenação geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Maria Cláudia Nogueira Cobra Menescal Conde, durante a abertura do Seminário Internacional sobre Voz e Trabalho, ocorrido na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp.

"Informo a todos em primeira mão, com muita alegria, que o Protocolo de Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT) foi encaminhado para publicação", anunciou Maria Cláudia Conde, fato que deixou surpresos os participantes do evento e emocionou a vice-presidente da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Leslie Piccolotto (CRFa 2-0427). "O PDVRT é fruto do trabalho de muitos profissionais, principalmente fonoaudiólogos, representantes da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia e do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. Aguardamos ansiosamente pela publicação", contou a vice-presidente da SBFa.

> *"Temos que pensar nos profissionais que têm na voz seu instrumento de trabalho, são mais de 15 profissões"*

O Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia acompanhou todas as tratativas com o Ministério da Saúde, participou dos grupos de trabalho, divulgou as consultas públicas e também incluiu o tema nas discussões das Conferências Nacionais de Saúde [relembre aqui]. A diretora-tesoureira do CFFa, Silvia Ramos (CRFa 5-121) entende que a publicação do protocolo é um ganho imensurável para a Fonoaudiologia. "O Protoloco dará o direcionamento a todos os profissionais do SUS para identificar, notificar e, consequentemente, subsidiar as ações de vigilância desses casos de distúrbio de voz", afirma Silvia Ramos que também é Especialista em Voz, pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Outro ganho que a conselheira considera importante é que, com a publicação do protocolo, e a partir de então, com o registro dos casos e com o encaminhamento aos devidos níveis de atenção em saúde, os DVRT terão mais visibilidade, e ganharão prioridade nos programas de prevenção, promoção e assistência à saúde. "Além disso, temos que pensar nos profissionais que têm na voz seu instrumento de trabalho, são mais de 15 profissões, entre eles, cantores, professores e operadores de telemarketing", conclui Silvia Ramos.

Histórico - A caminhada é longa até o anúncio de que o PDVRT será publicado pelo Ministério da Saúde. As primeiras ações aconteceram em 1997, quando o CFFa enviou à Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia a primeira proposta

freepik.com

do documento. Conforme relata Leslie Piccolotto Ferreira, nesse mesmo ano deu-se início às primeiras discussões. "Foram vários seminários, a maioria organizados pela PUC-SP, algumas edições em parceria com o CEREST-SP, em que diferentes profissionais, discutiram a questão do DVRT", conta.

A atual vice-presidente da SBFa ainda pontua dois momentos importantes: um deles é o movimento iniciado pelo CEREST-SP, em 2004, com a elaboração de um documento encaminhado para o INSS, iniciativa sem sucesso.

Outro momento importante aconteceu em 2011, quando o Ministério da Saúde convocou um grupo de especialistas para elaborar um documento com o objetivo de que o DVRT fosse reconhecido como um agravo à saúde do trabalhador. Esse documento foi levado à consulta pública, mas não chegou a ser publicado.

Por fim, em 2017, o Ministério da Saúde retomou um GT para atualizar os dados do documento, e, finalizado o trabalho, anunciou a publicação do PDVRT em agosto passado.

Saiba mais sobre os DVRT:

O que é Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho?

Nos dias de hoje fica cada vez mais evidente que as condições de trabalho, sejam as referentes ao ambiente (ruído, poeira, uso de produtos químicos) ou a organização do trabalho (excesso de atividades, falta de autonomia, presença de violência) podem determinar ou agravar algumas doenças. Na Fonoaudiologia, desde 1998 a Perda de Audição Induzida por Ruído (PAIR) é reconhecida como um agravo à saúde do trabalhador. O mesmo não acontece com os problemas de voz, ou seja, não temos ainda o reconhecimento do Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT). E que pode ser denominado como um adoecimento determinado pelo desgaste da voz sob precárias condições ocupacionais.

Quais seriam os benefícios advindos desse reconhecimento?

Desde a possibilidade de um diagnóstico mais precoce, ações de promoção à saúde, de prevenção ao distúrbio de voz, de reabilitação do problema, até ações de vigilância dos ambientes de trabalho, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais da voz.

Quais os sinais e sintomas?

Presença de rouquidão, cansaço ao falar, pigarro, entre outros. Hoje, por exemplo, se um professor inicia sua carreira: nem na sua formação, nem durante sua carreira, fala-se sobre os fatores que interferem no aparecimento do DVRT.

Rio de Janeiro, pioneiro na notificação do DVRT

Rose Maria - repórter

Em 2008, a Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, de forma pioneira em relação aos demais estados do país, solicitou a inclusão no SINAN NET do sintoma disfonia (CID 10ª Revisão – R 49.0) como de interesse estadual para notificação. A iniciativa tornou-se possível graças ao trabalho da equipe de Fonoaudiologia do Centro de Referência Estadual em Saúde do Trabalhador e de técnicos da Divisão de Saúde do Trabalhador do Estado do Rio de Janeiro, que levou o estado a reconhecer a disfonia relacionada ao trabalho como uma questão de saúde pública.

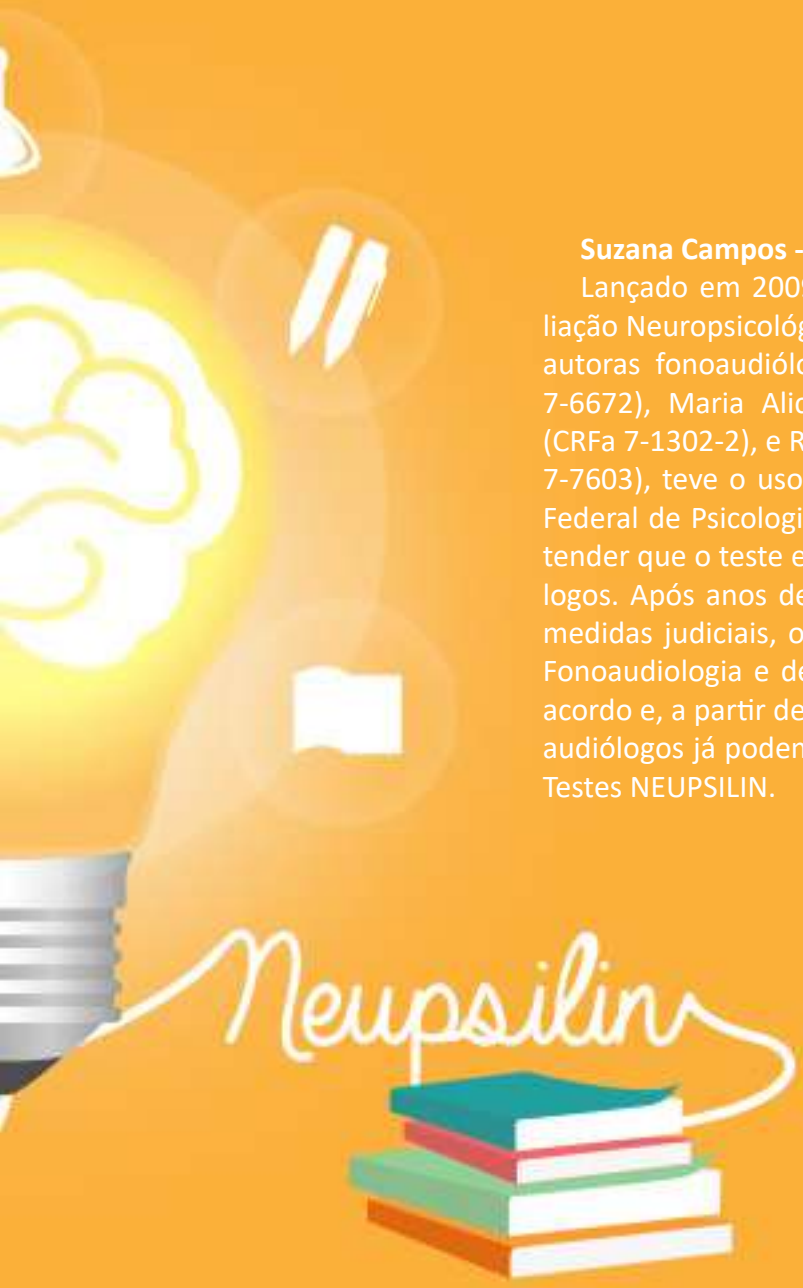
"Ano que vem faz 10 anos que conseguimos incluir a disfonia relacionada ao trabalho na lista de agravos de notificação de interesse estadual. Durante todo esse tempo, as portarias nacionais que tratam da notificação de agravos em âmbito nacional foram revisadas, entretanto ainda não contemplam a disfonia relacionada ao trabalho", afirmou Fernanda Torres (CRFa 1-9580), que fazia parte da equipe na época.

Fernanda Torres ressalta, porém, que é consenso acadêmico que o DVRT (Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho) compromete a vida laboral dos trabalhadores, principalmente dos profissionais da voz e, na sua opinião, o protocolo pode, juntamente com a legislação em vigor, munir os fonoaudiólogos de instrumentos para notificar o agravo. "Desta forma, podemos contribuir para dar visibilidade ao problema em âmbito nacional e impulsionar a elaboração e implementação de políticas públicas na área, bem como subsidiar ações de vigilância na saúde do trabalhador", completou.

Para ela, é preciso mudar o foco da culpabilização pela doença, que geralmente responsabiliza o trabalhador, quando deveria repensar o ambiente e os processos de trabalho. "A notificação é só o começo. Sem ações de vigilância, avaliação e melhoria dos processos e ambientes de trabalho, continuaremos adoecendo nossos profissionais da voz. Acredito que contribuímos muito para a construção de um novo paradigma quando capacitamos para a notificação, criamos grupos de discussão e divulgamos o DVRT", arrematou.

Coleção Neupsilin pode ser usada por Fonoaudiólogos

Após acordo entre os Conselhos Federais de Fonoaudiologia e Psicologia, os testes da Coleção Neupsilin estão liberados para aplicação por profissionais fonoaudiólogos



Suzana Campos - repórter

Lançado em 2009, o Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve NEUPSILIN, das autoras fonoaudiólogas Jerusa Salles, (CRFa 7-6672), Maria Alice de Mattos P. Parente (CRFa 7-1302-2), e Rochele Paz Fonseca (CRFa 7-7603), teve o uso impedido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2012, por entender que o teste era de uso restrito a psicólogos. Após anos de reuniões, debates e até medidas judiciais, os Conselhos Federais de Fonoaudiologia e de Psicologia entraram em acordo e, a partir de setembro/2017, os fonoaudiólogos já podem fazer uso da Coleção de Testes NEUPSILIN.

A regulamentação aconteceu através de Resolução conjunta entre Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa) e Conselho Federal de Psicologia (CFP), [Resolução Conjunta 001/2017], que "Institui conjuntamente regras para a utilização da Coleção NEUPSILIN (Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve NEUPSILIN e Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil NEUPSILIN-Inf) para uso exclusivo dos/as Fonoaudiólogos/as e Psicólogos/as."

A vice-presidente do CFFa, conselheira Marlene Canarin Danesi, acompanhou os debates, e também compôs o GT, criado pela assessoria jurídica do CFFa e CFP, e em sua avaliação, o acordo deixa claro que o saber não é exclusivo de uma única profissão. "Claro que estamos falando de casos predeterminados. No caso do NEUPSILIN tanto a Fonoaudiologia como a Psicologia poderão fazer uso desse recurso", considera Marlene.

Ainda segundo a conselheira, desde que o CFFa reconheceu a Neuropsicologia como especialidade, em 2015, a classe fonoaudiológica precisa investir cada vez mais em recursos para trabalhar na área de avaliação e reabilitação neuropsicológica. "A utilização da Coleção NEUPSILIN é uma vitória sim, mas é preciso que o fonoaudiólogo continue com prática de formação continuada para se sentir apto a utilizar esse e outros instrumentos da área", assinala a vice-presidente do CFFa.

Autoria do NEUPSILIN

A fonoaudióloga Jerusa Fumagalli de Salles, uma das autoras do NEUPSILIN, comemora a conquista. "Há um amadurecimento do campo da neuropsicologia, e quem é da área sabe que esse conhecimento é, por natureza, interdisciplinar. Sendo assim, fonoaudiólogos e psicólogos podem a partir de agora utilizar os instrumentos da coleção NEUPSILIN", afirma.

Sobre o mercado de trabalho, Jerusa Salles acredita que haverá uma qualificação natural na área. "Permitir a utilização dessa ferramenta vai qualificar o profissional, incentivando a investir em formação, o que resulta na melhor atuação, por exemplo, para a identificação de perfis neuropsicológicos dos casos avaliados. Isso vai melhorar o processo de avaliação, diagnóstico, o delineamento dos processos de intervenção, além do reconhecimento de comorbidades, e encaminhamentos para outras avaliações ou atendimentos", analisa.

Saiba mais:

A Coleção até o momento é composta por dois instrumentos:

NEUPSILIN - Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve

É uma ferramenta clínica que se propõe a descrever de forma compre-

ensiva o desenvolvimento neuropsicológico ao longo do ciclo vital, da adolescência ao envelhecimento tanto neurologicamente saudáveis quanto portadoras de quadros neurológicos (ou neuropsiquiátricos) adquiridos ou de desenvolvimento. O teste é composto por 32 subtestes, que avaliam 8 funções neuropsicológicas: Orientação Têmporo-Espacial, Atenção Concentrada, Percepção Visual, Habilidades Aritméticas, Linguagem Oral e Escrita, Memória Verbal e Visual, Praxias e Funções Executivas. O sujeito faz as atividades propostas para cada subteste e suas respostas são anotadas na folha apropriada. A correção é realizada pela avaliação quantitativa (acertos) e qualitativa.

NEUPSILIN-Inf – Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve Infantil

Trata-se de um instrumento neuropsicológico breve que avalia componentes de oito funções neuropsicológicas, por meio de 26 subtestes: orientação, atenção, percepção visual, memórias (de trabalho, episódica, semântica), habilidades aritméticas, linguagem oral e escrita, habilidades visuoconstrutivas e funções executivas. O NEUPSILIN-Inf permite aos profissionais dimensionarem não só a avaliação e o diagnóstico, mas também o prognóstico e o delineamento terapêutico.

Identificar e caracterizar o perfil de funcionamento de processos neuropsicológicos visando a descrição cognitiva associada a diagnósticos em transtornos do neurodesenvolvimento, em geral, e da aprendizagem, em particular, quando aliado ao resultado de outros instrumentos e demais procedimentos no processo de avaliação neuropsicológica.

Fonte: https://www.vetoreditora.com.br/

freepik.com

mockupworld.co

Gheysa Padilha - repórter

Há 12 anos, crianças do município de Araucária/PR, na região metropolitana de Curitiba, têm um apoio ímpar para suprir defasagens psíquicas, acadêmicas e sociais pelas quais suas famílias estão expostas. Dependendo do grau de cada uma dessas demandas as consequências podem acarretar sérios déficits de comunicação oral e escrita nos pequenos.

Pensando nesta problemática, foi desenvolvido pela prefeitura municipal, por meio da secretaria de Saúde, o projeto Oficina de Leitura. "A prática da leitura é de extrema importância, tanto para aprimorar, quanto para desenvolver o raciocínio, a interpretação e a socialização das pessoas. Trabalhar isso na infância ajuda a formar cidadãos mais saudáveis no desempenho da comunicação", avalia a fonoaudióloga e coordenadora do projeto, Evelin Claudia Muller Meger (CRFa 3-6452).

De acordo com ela, a partir do projeto é possível identificar as dificuldades e auxiliar as famílias e as unidades educacionais do município no trato com as demandas. "Trabalhamos com crianças de várias idades, encaminhadas a partir de triagens fonoaudiológicas ou de outros atendimentos nas Unidades de Saúde. A indicação à participação na oficina é feita pelas próprias unidades, contudo, também temos procuras espontâneas, as quais não deixamos de atender", destaca Evelin.

A proposta da atividade conta com vários momentos. Entre eles, a "Hora da Novidade", onde busca-se a estruturação da linguagem oral e o respeito ao turno conversacional. A leitura dos livros é feita por um fonoaudiólogo ou por um profissional da que participa

Fotos: Prefeitura Municipal de Araucária/Divulgação

dos encontros. “Conforme a criança participa dos encontros, vemos uma evolução no desenvolvimento do letramento, atenção compartilhada, ampliação do vocabulário e o prazer pela leitura, este último, primordial, pois ao sair do projeto, essa criança poderá dar continuidade a leitura em sua vida”, destaca a fonoaudióloga.

Nos encontros realizados, em algumas unidades, semanalmente, e outras, quinzenalmente, após finalizada a contação, os participantes são convidados a discutir sobre o tema, com o enfoque no comportamento ou sentimento proporcionado pelo texto relatado. A técnica transporta o ouvinte/leitor para a realidade da vida daquelas crianças. Em algumas unidades de saúde as oficinas são realizadas em conjunto com psicólogos, enriquecendo as discussões.

Para Eva dos Santos Alves, mãe de Robert Guilherme Santos Alves, de 7 anos, a oficina vai além de despertar o gosto pela leitura. “Meu filho tem aprendido muito, desde a questão da

pontualidade, zelo, convívio em grupo até contar suas estórias, ter raciocínio lógico, saber debater, ter respeito pela opinião do outro, além do enriquecimento do vocabulário e do despertar da imaginação", destaca Eva.

Vanessa Mamcarz, mãe da Bianca, de 11 anos, também ressalta a oportunidade de poder acompanhar a sua filha. "É um aprendizado para todos nós. "Vejo por mim mesma, aprendo muito com as fonoaudiólogas, que me ajudam até nas atitudes com relação a educação da minha filha. Acredito que por meio da leitura podemos transformar as nossas crianças", comenta Vanessa.

Para a fonoaudióloga Evelin a participação efetiva da família é essencial para o desenvolvimento das crianças. "Com a integração de todos conseguimos promover a mudança de postura no ambiente familiar", frisa. "A evolução das crianças é visível, em alguns casos não necessitam nem de fonoterapia individual, pois elas conseguem vencer as dificuldades apenas participando das oficinas, conclui a fonoaudióloga". ■

Plano Nacional de Educação e a participação da sociedade

Suzana Campos - repórter

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma lei ordinária, criada através de debates entre diversos atores sociais e o poder público, com objetivo de estabelecer as diretrizes e metas da Educação brasileira. Engloba ações que envolvem todos os níveis e modalidades de ensino, bem como a valorização e formação de professores, gestão e respectivos financiamentos.

O plano vigente foi sancionado em 2014 através da Lei Federal nº13005/14. Com força de lei, o PNE compartilha responsabilidades entre a União, Estados e Municípios, sendo que cada esfera, em consonância com o nacional, tem seu próprio Plano de Educação. A presidente da Comissão de Educação do CFFa, Mônica Petit Madrid, explica que o Plano é decenal, ultrapassando os mandatos eleitorais, por esse motivo as metas e objetivos são planejados a médio e longo prazo.

Cabe ao Ministério da Educação (MEC), Comissão de Educação da Câmara dos Deputados; Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal e Conselho Nacional de Educação (CNE) e à sociedade, representada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), a fiscalização e o acompanhamento do plano.

Assim como os demais Fóruns Nacionais, reivindicados pela sociedade como espaço de participação comunitária para o debate e participação popular na construção de políticas públicas, o FNE tem como função cumprir seu papel democrático. A garantia da realização da Conferencia Nacional de Educação (CONAE), que tem como um de seus papéis a avaliação e monitoramento do Plano Nacional de Educação é um exemplo disso, afirma a conselheira Mônica Petit Madrid.

De caráter permanente, o Fórum Nacional de Educação foi instituído pela Portaria MEC nº 1.407 de 14 de dezembro de 2010, pela Lei 13.005/14 e, dentre as suas funções, destacam-se: o acompanhamento e a avaliação do processo de implementação das deliberações das Conferências Nacionais de Educação (CONAE); suporte técnico aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a organização de seus fóruns e de suas conferências; cuidado para que os fóruns e as conferências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estejam articulados à CONAE; planejamento, coor-

denação e realização das conferências nacionais de educação, bem como divulgação de suas deliberações.

Em de 26 de abril de 2017, através de decreto o governo revogou o já estabelecido no Decreto de 9 de maio de 2016 e altera as atribuições do Fórum Nacional de Educação junto à CONAE. Desse modo, a responsabilidade de coordenação da Conferência, antes exercida por esse Fórum, passa a ser da Secretaria Executiva do Ministério da Educação. Além disso, a portaria Nº 577/17, de acordo com grande parte dos setores educacionais também publicada arbitrariamente, mudou a composição do FNE e excluiu entidades importantes relacionadas à pesquisa em educação e ao ensino superior, tais como: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino (PROIFES). Essa instrução conferiu ao Ministro da Educação o poder de nomear um titular e um suplente entre os indicados para sua composição. Estabeleceu ainda as atribuições de supervisão e orientação das conferências à secretaria- executiva do MEC.

Diante disso, as entidades que compunham o Fórum Nacional de Educação fizeram uma renuncia coletiva, criando o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e a Conferência Nacional Popular de Educação (Conape). Nesse momento, o Conselho Federal de Fonoaudiologia passa integrar as entidades que compõem o FNPE, sendo também parte da comissão organizadora da Conape, que está prevista para acontecer em abril de 2018.

Temos também outras duas conquistas importantes nesse contexto:

CRFa 1ª Região propõe emendas ao Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Rose Maria - repórter

Um novo Plano Municipal de Educação está tramitando na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, através de um Projeto de Lei nº 1709/2016. A nova lei municipal, quando aprovada e sancionada pelo prefeito, estabelecerá as diretrizes para a Educação pública municipal por 10 anos.

Quando procurou a OAB-RJ, propondo parceria para assegurar atendimento fonoaudiológico à população do estado, o CREFONO1 conheceu, através da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD-OAB/RJ), o advogado Alexandre Arraes, que participou do Seminário Fonoaudiologia para Todos, em junho do ano passado, na sede da Ordem no Rio de Janeiro, falando sobre a nova Lei Brasileira de Inclusão, em vigor desde 2016. Arraes foi eleito suplente de vereador e, ao assumir uma cadeira na Câmara Municipal, convidou o Conselho de Fonoaudiologia RJ a contribuir para o PL nº 1709/2016, pro-

"Todas as nossas sugestões foram baseadas nas publicações que o Sistema de Conselhos."
Andrea Michaela

posição do novo Plano Municipal de Educação (PME), sugerindo emendas que seriam apresentadas por ele ao projeto de lei.

"Prontamente encaminhamos à assessoria parlamentar do vereador as contribuições do 11º Colegiado do CREFONO1 ao PME. Todas as nossas sugestões foram baseadas nas discussões atuais, encaminhamentos e publicações do Sistema de Conselhos, através de suas Comissões de Educação, a saber: Contribuições do fonoaudiólogo educacional para seu município e sua escola e Guia Norteador do Fonoaudiólogo Educacional", contou a presidente da Comissão de Educação da 1ª Região, Andrea Michaela Leal (CRFa 1-8182).

Entre as sugestões apresentadas ao vereador Alexandre Arraes (PSDB), que se transformaram em emendas ao PL nº 1709/2016, estão: a) o desenvolvimento de ações educativas e pedagógicas para o apoio e efetivação da aprendizagem na perspectiva da inclusão e do respeito à diversidade humana e b) a manutenção e criação de centros multidisciplinares de apoio, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, integrados por profissionais das áreas da assistência social, pedagogia, psicologia e fonoaudiologia.

O CREFONO1 acompanha, agora, a tramitação do projeto de lei na Câmara Municipal.

Acesse aqui o teor da emenda.

Participação – No estado de São Paulo, a fonoaudióloga Kátia de Cássia Botasso (CRFa 2-6386) participou da etapa intermunicipal – região metropolitana de Campinas, logo no início dos debates dos temas que compõem os eixos principais da Conape, sendo eleita delegada titular da etapa estadual, e agora vai participar da etapa nacional que acontece em 2018.

Tema da redação do Enem 2017 debate a Formação Educacional dos Surdos no Brasil

Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceitei a pessoa...Quando eu rejeito a língua, eu rejeitei a pessoa porque a língua é parte de nós mesmos .Quando eu aceito a língua de sinais , eu aceito o surdo , e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los:devemos ensiná-los, ajudá-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo.Eles tem o direito de ser diferentes .

Terje Basilier - Psiquiatra Norueguês

Marlene Canarim Danesi - CRFa 7-0439

O tema da redação do ENEM " Desafios para a Formação Educacional de Surdos no Brasil" ocasionou comentários e falatórios, na mídia e nas redes sociais. Várias críticas, descrevendo como um desafio demasiado aos estudantes. Porém algumas vozes manifestaram-se de forma favorável, justificando como bom, justamente por este desconhecimento de alunos, de muitos professores, de fonoaudiólogos e da sociedade em geral sobre a melhor forma de educar os Surdos. Eu me coloco ao lado de quem considerou uma boa escolha, por muitas razões, entre elas minha experiência pessoal, mas, principalmente, porque trouxe o assunto para ser discutido por muitas famílias, por muitas pessoas, que anteriormente não tinham este tema como objeto de suas reflexões.

Tradicionalmente, a surdez tem sido tratada do ponto de vista clínico-patológico, vista com uma deficiência que deveria ser curada, ou ter suas consequências diminuídas. A visão médica audiológica vê o surdo como deficiente, e destaca seu déficit sensorial. Considero que esta visão tem consequências negativas, propiciando atitudes de discriminação e racismo. Esta atitude tem sido definida como “visão patológica dos surdos” (Lane in Skliar, 1998).

Entretanto, existe uma outra forma de se olhar a Surdez, que é a Visão Sócio Antropológica, uma perspectiva que concebe os sujeitos Surdos como membros de uma minoria étnica, linguística e cultural. Nesta visão é costume escrever Surdo e Surdez com letra maiúscula, quando queremos nos referir a eles como grupo étnico. Mas é importante ressaltar que seria um erro imaginar os surdos como um grupo homogêneo. Os surdos não são apenas homens brancos, de classe média, não são somente aqueles que lutam pelos seus direitos de

cidadania, são também os surdos de classes populares, as mulheres surdas, os surdos negros, os surdos meninos de rua.

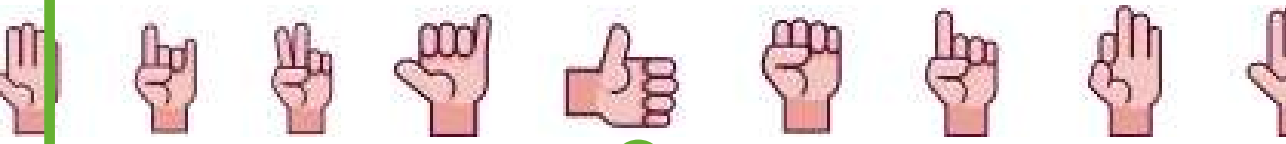
A Visão Sócio Antropológica da surdez só foi possível a partir dos anos sessenta, quando as descobertas de Stokoe trouxeram para a linguística a afirmação de que as Línguas de Sinais são línguas autênticas. A partir destas investigações, e mais tarde as de Volterra (1978), de que os sinais são símbolos e não figuras, e que estão a serviço de uma verdadeira língua, com estrutura interna complexa, capaz de comunicar emoções e pensamentos começa a destacar-se a visão sociocultural. E esta visão cada vez mais fundamenta pesquisas, alinha-se com princípios de Direitos Humanos, com recomendações da ONU e com a Declaração de Salamanca.

A genialidade de Stokoe, sistematizando a Língua de Sinais Americana, abriu espaço para estudos sobre surdez, bilinguismo, bi culturalismo, língua de sinais e o papel que representam para a comunidade surda. As investigações de Schlesinger e Meadow (1998) consideram que a Língua de Sinais tem um efeito unificador determinante, na comunidade de surdos, oferecendo ao grupo, integrante desta, o sentido de identidade corporativa e de solidariedade. Além disto, os pesquisadores destacam que são línguas adaptadas à natureza da visão. E a forma como estão estruturadas, possibilitam tirar proveito do processo visual do cérebro.

Segundo Skliar (1998), a Língua de Sinais possui estrutura linguística, princípios de organização e prioridades formais similares às línguas orais, mas a forma superficial em que se manifesta está influenciada pela modalidade viso-gestual. A linguagem, continua o autor, possui uma estrutura subjacente, independente se audio-vocal ou viso-gestual. Para ele, língua de sinais e língua oral são canais diferentes, mas eficientes para a transmissão e recepção da linguagem, mecanismos semióticos equivalentes.

A concepção de linguagem defendida pela visão Sócio-Antropológica da surdez tem suas raízes na concepção de Vygotsky (1998). Como mediadora das interações e o seu papel de matriz de significação, não permite que seja vista apenas como instrumento de comunicação. Precisa ser entendida como instrumento do pensamento e constitutiva do sujeito. Para ele, a significação da palavra está na fala e no pensamento, em uma comunhão tão íntima do pensamento/linguagem, que se torna difícil verificar se o significado é um fenômeno da fala ou do pensamento. O autor afirma "uma palavra sem significado é um som vazio, o significado é um critério da palavra, seu componente indispensável".

Não é possível ensinar uma língua com lista de palavras isoladas, porque uma verdadeira língua tem regras combinatórias.

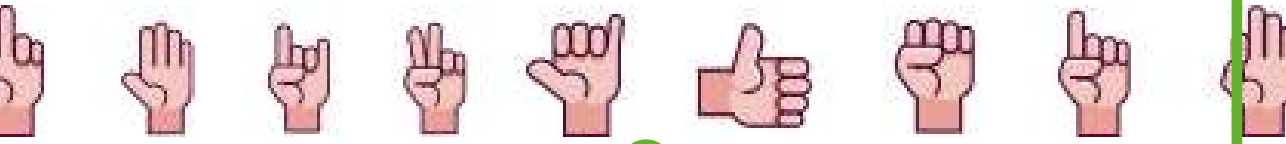


freepik.com

Por trás das palavras existe uma gramática, uma sintaxe. O aprendizado da língua oral, para a criança surda, nunca é feito de uma forma natural e espontânea. Ela não adquire a língua oral, ela aprende. E, somente quando adquire-se uma língua, é possível fazer generalizações, ter uma percepção clara da relação simbólica entre signo e referente. São características próprias do pensamento bem desenvolvido.

Apesar destes conhecimentos e destas pesquisas, que comprovaram que é uma língua governada por regras gramaticais, por traços manuais articulatórios, que tem funções sintáticas, léxicas e discursivas. Apesar da existência de leis considerando a Libras, como língua oficial no Brasil, sua utilização no âmbito educativo não obteve até agora o lugar que realmente lhe corresponde. Mas já existem práticas e projetos, em algumas Universidades, nos cursos de Fonoaudiologia, que são experiências relevantes, como destaque cito a de Cecília Moura (CRFa 2-1820), na PUC de São Paulo. Mas gostaria também de relatar, brevemente, um projeto realizado entre 2003 a 2007, no Centro Metodista Ipa, em Porto Alegre. Como coordenadora do Curso organizei e coloquei no Currículo o Ensino de Língua de Sinais, antes mesmo da obrigatoriedade.

Adotando uma perspectiva Sócio Antropológica da Surdez, a formação oferecida aos alunos fundamentou-se na aceitação dos sujeitos surdos desde sua diferença, privilegiando aspectos visuais nas terapias fonoaudiológicas. Obviamente o conhecimento da língua de sinais e da cultura surda tornou-se imprescindível. A contratação de um professor surdo também. A contratação de um professor surdo facilita aos alunos compreenderem as estratégias



de comunicação, usadas pelas pessoas surdas, sobre o modo de como eles percebem as coisas, e como devem ser utilizados os recursos visuais. Mas o mais importante é a própria experiência de vida, do professor surdo, que dificilmente o ouvinte pode deduzir. O falante nativo de uma língua tem um conhecimento implícito da estrutura formal da mesma. O que conhecemos como gramática da língua, na realidade é o estudo explícito do conhecimento implícito do falante.

Através de classes semanais o surdo, contratado como professor, ensinava Libras e discutia cultura surda e as particularidades de ser surdo. Apresentava vídeos, com histórias infantis em língua de sinais, criava situações inventadas, envolvendo a comunicação de surdos e ouvintes. Oferecia também atividades, através de jogos que proporcionavam aos estudantes, de fonoaudiologia, aprendizagem mais completa, desde a imersão na língua de sinais.

Além disto, nas classes teóricas, ministradas por mim, era enfatizada a necessidade de ter um novo olhar para surdez e para os sujeitos surdos. Uma forma de olhar de um outro lugar, uma visão diferente da tradicionalmente adotada, pelos cursos de Fonoaudiologia e pela maioria dos fonoaudiólogos, que atuam na área. Nas aulas discutíamos a história da educação dos surdos, a relação estabelecida entre surdos e ouvintes, através dos tempos, direitos linguísticos da comunidade surda. Debatíamos concepções de linguagem, aspectos teóricos da língua de sinais e as possibilidades de um trabalho fonoaudiológico, com base neste novo olhar sobre a surdez.

Foi possível observar, que ainda que o contato com a língua de sinais tenha sido pequeno, perto do ideal, fonoaudiólogos fluentes em Língua de Sinais, mesmo assim houve uma mudança significativa na forma dos estudantes de Fonoaudiologia olhar para os sujeitos surdos. Deixaram de ver os surdos somente pela sua falta de audição. Sem dúvida relevante conquista, porque esta forma de vê-los mantém o discurso que privilegia a Língua oral, relegando a língua de sinais. Visão que contribui, para que os sujeitos surdos continuem no mesmo lugar, que vem ocupando durante o último século. Ocupam este lugar não por falta de inteligência, mas em decorrência do baixo desenvolvimento linguístico e escolar, o que ocasiona dificuldades no acesso ao mercado de trabalho. Mazelas provocadas por metodologias inadequadas.

Não podemos esquecer, que somos os primeiros profissionais a quem se busca, depois do diagnóstico. Este fator nos dá uma grande responsabilidade. Não tenho dúvidas, que se os fonoaudiólogos modificarem a postura, os conceitos e tiverem um novo olhar em relação a surdez e aos sujeitos surdos, poderão dar uma excelente contribuição, não só para processo educativo deles, como também para suas vidas, abrindo espaços para que possam se constituir em indivíduos íntegros, bilíngues e ativos na sociedade. ■

PARE, PENSE, ESCUTE E ME REPEITE

Campanha: Dia Internacional de Atenção à Gagueira

Campanha do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia chama atenção da sociedade na escuta e respeito às pessoas que gaguejam, e a conhecer mais sobre o assunto. A campanha com slogan 'Pare, pense, escute e me respeite', tem o objetivo de informar a sociedade em geral e também as pessoas que gaguejam, além de reforçar que o Fonoaudiólogo é o profissional habilitado e regulamentado por lei, para tratar e proporcionar qualidade de vida a quem tem esse distúrbio.

Essa é a terceira edição da Campanha de conscientização sobre o Dia Internacional de Atenção à Gagueira - 22 de outubro. Todos os Conselhos Regionais programaram ações para a campanha. O material de divulgação pode ser baixado aqui, ou através do site do CFFa em: http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/index.php/campanhas/.

A campanha aconteceu um mês depois que a Fluência foi reconhecida como especialidade pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia através da Resolução CFFa nº507/2017.

Atividades realizadas nos Conselhos Regionais:

Ascom - Crefono 3

Crefono 03

Paraná e Santa Catarina realizaram ações no Dia Internacional de Atenção à Gagueira. Itajaí: Com o tema "Respeito a quem gagueja", o Dia Internacional de Atenção à Gagueira foi comemorado em Itajaí, com Seminário sobre o assunto na Univali, e palestra com o Profº e psicólogo João Rodrigo Maciel Portes, e com a fonoaudióloga Jaqueline Maria Oliani Ijuim (CRFa 3 - 4662-2). O evento foi organizado pela Profª Andrea Cristina Rizzotto Grudtner (CRFa 3-5831). Entre os participantes, estiveram presentes alunos de fonoaudiologia e psicologia, e pessoas com gagueira.

Florianópolis - Em comemoração ao Dia Internacional de Atenção à Gagueira, dia 20 de outubro, no Centro de Florianópolis, houve a distribuição de panfletos informativos e orientações sobre gagueira à população. Dia 23 de outubro, no auditório de graduação do Centro de Ciências da Saúde (CCS), ocorreu também um debate entre pacientes que têm gagueira, familiares, estudantes, professores e profissionais fonoaudiólogos. O objetivo foi informar e conscientizar a população sobre a gagueira e seu tratamento, e proporcionar experiências enriquecedoras ao aprendizado dos estudantes de Fonoaudiologia. Além dos acadêmicos de fonoaudiologia/UFSC, também participaram a Fga. Marta Chiquetto (IBF), a Profª Maria Isabel d'Ávila Freitas, a Prfª Helena Ferro Blassi e a Delegada do Crefono3 Jaqueline Maria Oliani Ijuim.

Ascom - Crefono 4

Crefono 4

Durante os meses de outubro e novembro, os estados que compõem a 4° região realizaram diversas ações alusivas ao Dia Internacional de Atenção à Gagueira (DIAG), comemorado em 22 de outubro. Em Pernambuco, a Aliança Pernambucana de Atenção à Gagueira (APAG), formada por representantes dos cursos de Fonoaudiologia da Unicap, Funeso e UFPE e da Abra Gagueira, organizou o VIII Encontro Pernambucano de Gagueira, realizado na Unicap.

Este ano, o evento trouxe como novidade a realização da I Mostra de Relatos de Experiências no Tratamento da Gagueira. Na véspera do DIAG 2017, fonoaudiólogos e estudantes de Fonoaudiologia realizaram acolhimento e orientação para as pessoas que gaguejam, na Unicap. Após as orientações, as pessoas que gaguejam foram encaminhadas para tratamento no Grupo de Terapia para Gagueira na própria instituição de ensino superior, que, neste ano, completou dez anos de existência.

Já na Bahia e Paraíba, as ações aconteceram, respectivamente, no Auditório Zélia Gattai - Unijorge e na Universidade Federal da Paraíba. Nos encontros, os palestrantes e participantes discutiram questões acerca da temática. O objetivo da Campanha da Gagueira foi explicar para a sociedade o que é, o que provoca a gagueira e, principalmente, o quanto o indivíduo que gagueja precisa ser respeitado por todos.

Crefono 6

No CRFa 6ªRegião, a campanha "Gagueira não tem graça, tem tratamento" foi trabalhada durante todo o mês o outubro. Com Live especial e também Fórum Online para discussão quanto ao reconhecimento da área de Fluência pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, o Regional trabalhou pela divulgação da campanha e conscientização dos inscritos quanto às especificidades da área.

No 1º fórum com transmissão online pelo canal do órgão no Youtube, os fonoaudiólogos convidados Ana Teresa Britto (CRFa 6-21), Marisa Viana (CRFa 6-1415) e Érika Queiroga (CRFa 6-890) referência acadêmicas de Belo Horizonte (MG) discutiram, de acordo com seus pontos de vista, o que muda na atuação com gagueira após o reconhecimento da área de fluência e levantaram questões de interesse da classe.

Já a Live na fanpage da 6ª Região no Facebook, aconteceu no dia 19 de outubro, às vésperas do Dia de Conscientização e Atenção à Gagueira que é celebrado no dia 22, e contou com a fonoaudióloga convidada Erika Queiroga. Érika respondeu perguntas referentes à atuação, campo de trabalho e percepções quanto à atuação na área.

Os materiais impressos da Campanha "Gagueira não tem graça, tem tratamento", disponibilizados pelo Sistema de Conselhos, foram enviados a todos os fonoaudiólogos solicitantes e utilizados em atividades como orientações e promoção de saúde em clínicas, escolas e Unidades Básicas de Saúde em diversas localidades do Regional.

Crefono 8

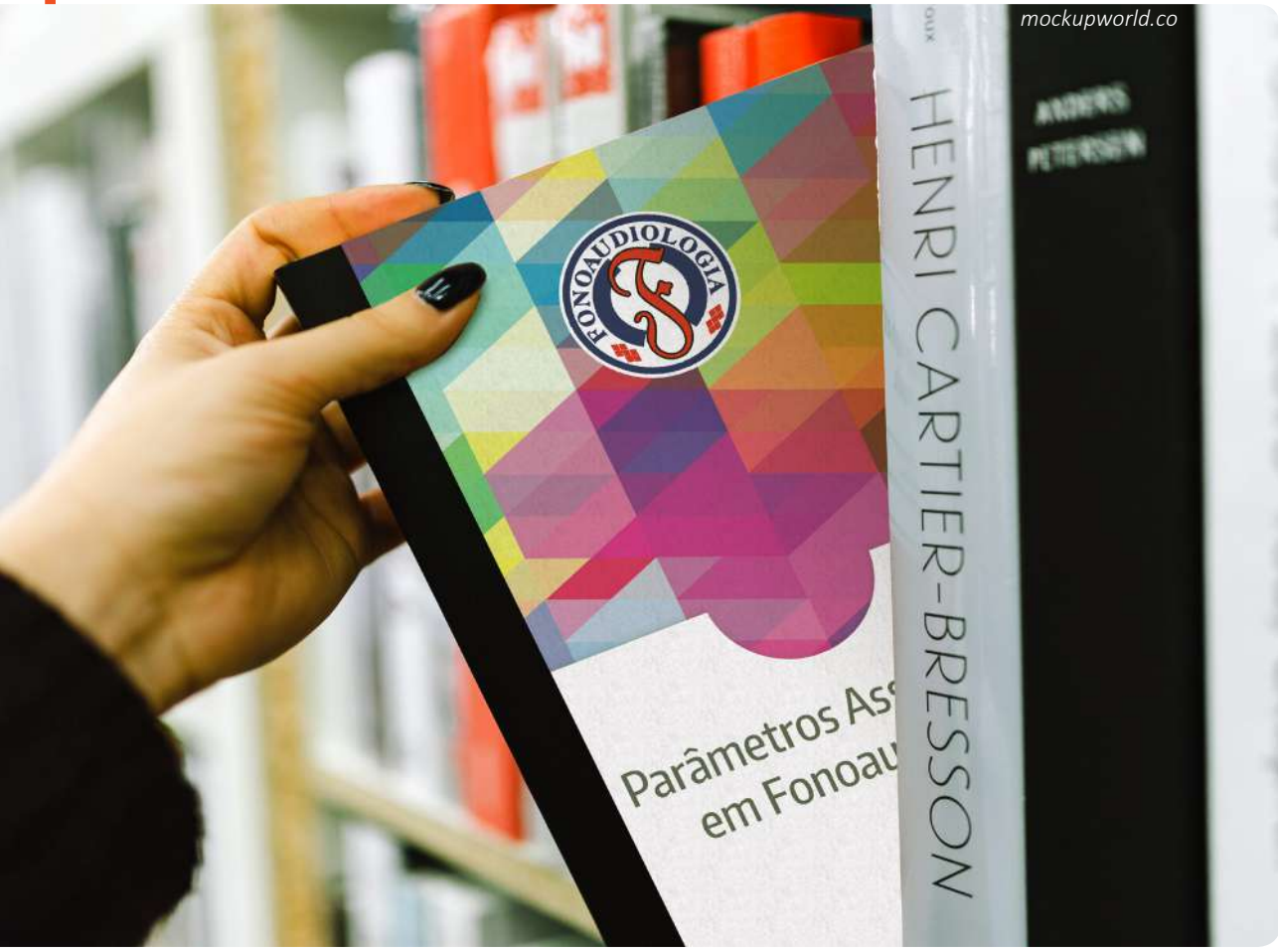
Gagueira é pauta nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. O Dia Internacional de Atenção à Gagueira foi marcado por esclarecimentos à população nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Em Teresina, a fonoaudióloga Angela Oliveira (CRFa 8-5786), participou do programa Falando Nisso, na TV Meio Norte. Na oportunidade, além de alertar sobre as causas e apontar os tratamentos disponíveis para o distúrbio, a especialista em fonoaudiologia clínica e hospitalar aproveitou para divulgar o Grupo de Apoio à Gagueira do Hospital da Polícia Militar (GAG - HPM).

Na capital cearense, mais de 70 pessoas participaram da palestra “Pare, Pense, Escute e me Respeite - Considerações sobre a Gagueira", promovida pelo Curso de Fonoaudiologia da Universidade de Fortaleza (Unifor). Ministrada pelo presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia da 8ª Região (Crefono 8), Charleston Palmeira (CRFa 8-4367), e pela fonoaudióloga Rachel Cassiano (CRFa 8-8977), a apresentação destacou a importância de estar atento aos primeiros sinais de anormalidade na fala. "Os distúrbios da fluência devem ter uma atenção especial da família e da escola, pois formam a base de toda formação comunicativa da criança", disse Cassiano.

Na cidade de Caicó, localizada na região central do estado do Rio Grande do Norte, a Rádio Povo FM recebeu a fonoaudióloga Silvia Clemente (CRFa 8-9179-4). Além de informar sobre as causas e os tratamentos da gagueira, a profissional esclareceu as principais dúvidas da população. “Foi importante atender aos ouvintes ao vivo e falar sobre os mitos que envolvem o distúrbio”, contou.

Parâmetros Assistenciais em Fonoaudiologia são adotados para garantir qualidade do serviço de saúde à população

Capitais do Nordeste sediaram encontros para discutir sobre a Resolução CFFa 488/16



Fotos Ascom Crefono 8

Thaiane Firmino - repórter

Entre os dias 21 de agosto e 2 de setembro, os estados do Ceará, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte fizeram parte do circuito nacional que promoveu debates sobre os Parâmetros Assistenciais em Fonoaudiologia. Nas capitais Fortaleza (CE), Teresina (PI), São Luís (MA) e Natal (RN) as iniciativas foram promovidas pelo Conselho Regional de Fonoaudiologia da 8ª Região (Crefono 8). Cerca de 400 fonoaudiólogos e estudantes de fonoaudiologia participaram das realizações.

A Resolução CFFa nº 488 de 2016, do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), estabelece padrões para os atendimentos na área. O documento define o número de fonoaudiólogos necessários aos serviços e a quantidade de procedimentos a serem realizados no período de trabalho. Segundo o presidente do Crefono 8, Charleston Palmeira (CRFa 8-4367), promover encontros para tratar sobre o assunto é fundamental. "Considerei bastante oportuna a iniciativa do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia em levar até o fonoaudiólogo informações mais precisas sobre a Resolução. Daremos continuidade ao processo de orientação para que o profissional faça a interligação com as práticas desempenhadas", afirmou.

Para os cearenses o evento foi marcado por relatos de experiências bem sucedidas na área da fonoaudiologia

Representantes do Crefono 8, professores da Uniceuma, fonoaudiólogos e estudantes participaram do encontro no Maranhão

Mais de 80 fonoaudiologos comparecem ao evento no Piauí

Em Natal (RN) a evento foi marcado por debates e diálogos

Na capital cearense o encontro foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado e contou com palestras, mesas redondas e sorteios. "Eventos assim são importantíssimos para orientar os profissionais do serviço privado e público", disse a diretora-financeira do Sindicato dos Fonoaudiólogos do Ceará (SINDFONO-CE), Hyrana Frota (CRFa 8-4819). A programação contou ainda com relatos de fonoaudiólogos sobre experiências bem sucedidas em gestão hospitalar, estimulação precoce, fonoaudiologia educacional e *coach* vocal. Ao final do evento, a fiscal do Crefono 8, Sayonara Esmeraldo (CRFa 8-8517), demonstrou satisfação. "A expectativa é que os profissionais reconheçam a Resolução como um documento norteador na sua atuação profissional, garantindo um serviço de qualidade aos seus clientes", disse.

Em São Luís (MA) o evento aconteceu no auditório da Universidade Ceuma (Uniceuma) e, além de considerar a complexidade que envolve cada intervenção fonoaudiológica, as discussões levaram em conta a estrutura

disponível para assegurar a qualidade do atendimento à população. Para a coordenadora do Curso de Fonoaudiologia da Instituição, Rachel Façanha (CRFa 8-7353), o encontro teve saldo positivo. “O ensino-aprendizagem foi o destaque. Além dos profissionais, alunos e professores perceberam que o aproveitamento foi significativo”, afirmou. Estudantes que fazem parte da Liga Acadêmica de Fonoaudiologia da Uniceuma também participaram do encontro. “Todos os eventos com caráter mais prático estimulam e envolvem os alunos de forma mais intensa”, destacou o estudante de fonoaudiologia e líder da Liga, Fagner Lima.

No Piauí, o evento foi realizado no Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), em Teresina. Segundo a vice-presidente do Crefono 8, Cecília Baldi (CRFa 8- 3899), o momento foi marcado pela interação. “Os fonoaudiólogos aderiram ao evento e participaram ativamente das discussões. Superamos as expectativas”, contou. Na ocasião, participantes tiraram dúvidas sobre os pontos contemplados pela Resolução CFFa 488/16. “Tudo foi excelente e serviu para fortalecer a nossa área. A ideia de colocar profissionais para falarem sobre suas práticas clínicas foi espetacular”, disse a fonoaudióloga, especialista em audiologia clínica e motricidade orofacial com enfoque hospitalar, Célia Torres (CRFa 8-9913).

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) sediou o encontro em Natal (RN). Lá, o destaque ficou por conta da necessidade de condições adequadas de trabalho para melhoria do atendimento à comunidade. Segundo a conselheira do Crefono 8, Kênia Gondim (CRFa 8-8581), a Resolução é importante para orientar gestores de instituições da área da saúde. “Quando o fonoaudiólogo é pressionado a ter um número maior de atendimentos, ou quando a demanda está acima da capacidade de realização de atendimentos com qualidade, o profissional precisa recorrer aos parâmetros para garantir o exercício da profissão respeitando a ética fonoaudiológica”, enfatizou. Os participantes se mostraram otimistas em relação à iniciativa. “Percebi que essas realizações fortalecem o vínculo entre os profissionais e o Conselho, e entre os próprios fonoaudiólogos”, constatou a fonoaudióloga e especialista em motricidade orofacial, Luiza Monteiro (CRFa 8-7394). Ao avaliar as realizações a fiscal do Crefono 8, Michelle Pontes (CRFa 8-8542), entendeu como indispensável a iniciativa. “Foi importante realizar essa série de encontros para ampliar o conhecimento dos profissionais e possibilitar a troca de ideias”, apontou. ■

CRFa 2ª Região/SP fomenta discussão sobre normativa que zela pela qualidade e humanização da assistência

Raíza Rocha

Evento em São Paulo (SP)

Comissão de Orientação e Fiscalização do CRFa 2ª região/SP

No mês de agosto, a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Fonoaudiologia de São Paulo realizou quatro atividades em diferentes cidades do estado para discutir com os fonoaudiólogos a Resolução do CFFa nº 488/16, que estipula os Parâmetros Assistenciais em Fonoaudiologia com a finalidade de garantir a qualidade dos serviços. Intitulados "Balizadores de Tempo na Prática Fonoaudiológica: Discutindo os Parâmetros Assistenciais", os eventos ocorreram na capital paulista, na Delegacia da Baixada Santista, na Delegacia de Ribeirão Preto e de Marília.

Os Parâmetros Assistenciais são os padrões utilizados para orientar a quantidade de atendimentos no cuidado e na assistência à saúde. A Resolução 488/16, portanto, estipula a quantidade adequada de procedimentos fonoaudiológicos, considerando o nú-

mero de clientes a serem atendidos por um período de seis horas, ou o tempo necessário para a realização de cada procedimento, também considerando este período. Ainda de acordo com a Resolução, cabe ao fonoaudiólogo, respeitando critérios de risco e as condições do paciente, definir os casos que exijam a flexibilização dos parâmetros estabelecidos neste documento, desde que não acarrete prejuízo à qualidade do serviço prestado.

"O objetivo dessas ações foi promover a conscientização dos fonoaudiólogos sobre a importância da ética e do exercício legal da profissão, com ênfase na qualidade e humanização da assistência prestada", explica Patrícia Lopes (CRFa 2 – 5112), Presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRFa 2ª Região/SP.

A maioria dos participantes dos quatro eventos era fonoaudiólogos do setor público, que relataram a disparidade entre a grande demanda de atendimento e o número reduzido de profissionais. "De acordo com os relatos, essa é a principal dificuldade dos fonoaudiólogos no setor público que sofre com a cobrança de produtividade por parte dos gestores", afirma Patrícia.

Estruturação do serviço fonoaudiológico diante de uma equipe multiprofissional, alta fonoaudiólogica e a contabilidade dos atendimentos em grupos também foram alguns dos temas levantados nos quatro eventos.

"Tivemos um retorno muito positivo sobre a normativa. A partir de vários relatos, podemos concluir que a Resolução foi um avanço para a Fonoaudiologia, pois contempla ao mesmo tempo a sociedade e os profissionais, e traz importantes elementos e fundamentos para discussão com os gestores", conclui a Presidente da COF.

Raíza Rocha

Evento em Santos

Arquivo Delegacia / Marília

Evento em Marília

Arquivo Delegacia / Ribeirão Preto

Evento em Ribeirão Preto

Evento: 33º Encontro Internacional de Audiologia (EIA)
Local: São Paulo (SP)
Data: 15 a 17 de março de 2018
Organização: Associação Brasileira de Audiologia (ABA)
Mais informações em: http://audiologiabrasil.org.br/eia/

Evento: 3º Congresso Brasileiro de Disfagia
Local: Ribeirão Preto (SP)
Data: 05 a 07 de abril de 2018
Mais informações em: http://www.oxfordeventos.com.br/disfagia2018/

Evento: Feira Bett Educar 2018
Local: São Paulo (SP)
Data: 08 a 11 de maio de 2018
Mais informações em: http://www.bettbrasileducar.com.br/congresso

11º Encontro Brasileiro de Motricidade Orofacial

Evidências Atuais e Perspectivas

Evento: Encontro Brasileiro de Motricidade Orofacial (EBMO)
Local: Porto Alegre (RS)
Data: 18 e 19 de maio de 2018
Organização: Associação Brasileira de Motricidade Orofacial (Abramo)
Mais informações em: http://www.abramofono.com.br/ebmo/

Fique de Olho

Evento: 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva
Local: Rio de Janeiro (RJ)
Data: 26 a 29 de julho de 2018
Organização: Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)
Mais informações: http://www.saudecoletiva.org.br/

Evento: 17º Congresso da Fundação Otorrinolaringologia
Local: Brasília (DF)
Data: 16 a 18 de agosto de2018
Organização: Fundação Otorrinolaringologia (FORL)
Mais informações em: http://congressoforl1.wixsite.com/forl2018

CONASEMS

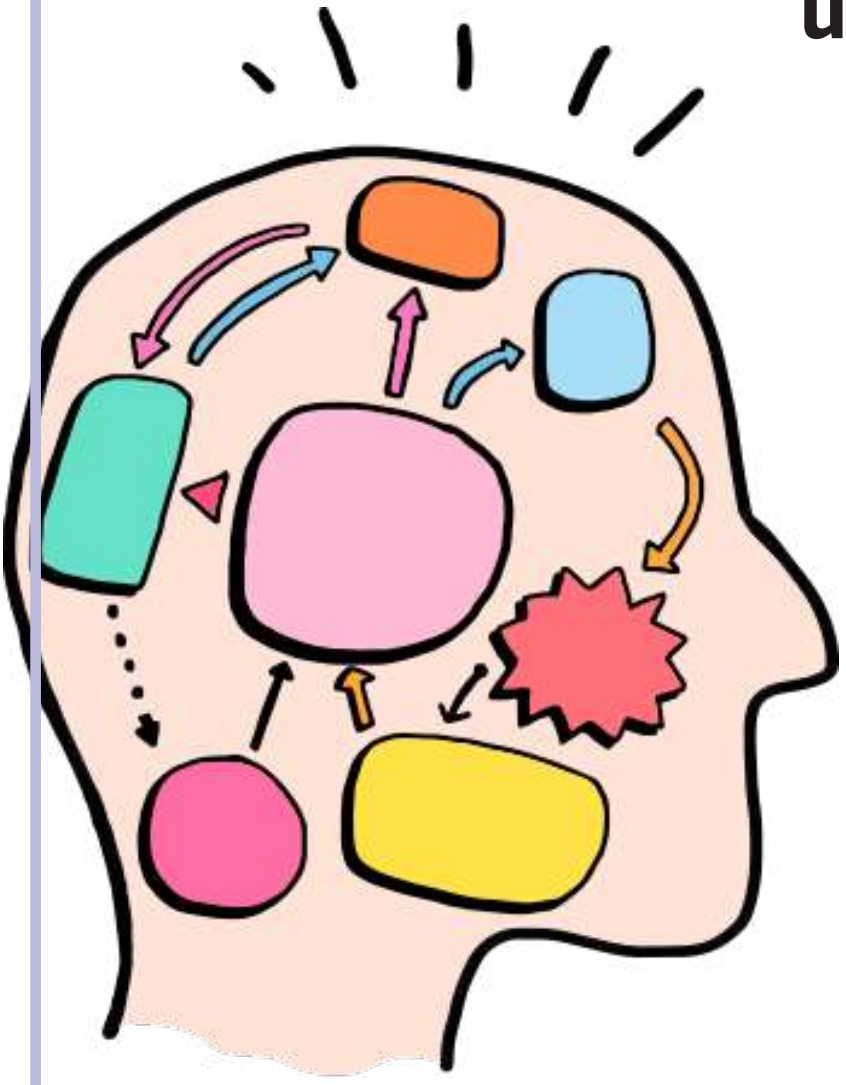
CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE

Evento: 34º Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde
Local: Brasília (DF)
Data: 15 a 17 de agosto
Organização: Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
Mais informações em: http://www.conasems.org.br/

SBFa

Evento: 26º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia
Local: Curitiba (PR)
Data: 10 a 13 de outubro
Organização: Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia
Mais informações: http://www.sbfa.org.br/portal2017/

Conselho Federal de Fono
uma especial



Suzana Campos e Rose Maria - repórteres

A Resolução CFFa nº507/2017, publicada em setembro de 2017, "Dispõe sobre as atribuições e competências relativas ao fonoaudiólogo especialista em Fluência, e dá outras providências." O estudo, análise e reconhecimento da Fluência como especialidade era uma demanda antiga da classe, e foi construída com a colaboração de entidades parceiras, como a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, Instituto Brasileiro de Fluência (IBF), e Associação Brasileira de

oaudiologia reconhece mais lidade: Fluência

Gagueira (AbraGagueira).

A íntegra do documento publicado no Diário Oficial da União e no site do CFFa pode ser acessado aqui.

Conforme avalia a presidente da Comissão de Análise de Títulos de Especialista e Cursos de Especialização (Catece), Silvia Tavares, com a nova especialidade, a Fonoaudiologia deverá sentir novos movimentos, como, por exemplo, a procura pelos cursos de especialização. "O profissional vai precisar se especializar na área, pois o público vai exigir atendimento com profissional especializado em fluência", considera Silvia Tavares.

A presidente do IBF, fonoaudióloga Anelise Junqueira Bohnen (CRFa 7-5587), acompanhou todo o processo para o reconhecimento da Fluência como especialidade pelo CFFa. Segundo ela, com base na quantidade de pessoas que gaguejam no país que necessitam de tratamento específico, os fonoaudiólogos especialistas têm um grande mercado de trabalho para atender. E assim, as pessoas que gaguejam e as que tem outros distúrbios de fluência serão diretamente beneficiadas. "Agora, esse público que compreende mais de 2 milhões de adultos e 10 milhões de crianças, vai poder procurar profissionais fonoaudiólogos que entendam do tema em profundidade. Isso é um grande ganho para a Fonoaudiologia e para esta população", reconhece a presidente do IBF.

História - A fonoaudióloga Leila Nagib (CRFa 1-2807), coordenadora do Ambulatório de Fluência do Instituto de Neurologia Deolindo Couto (UFRJ) e professora da disciplina na graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, admite estar muito feliz com o “gran finale” da luta pela oficialização da especialidade de fluência. Leila Nagib era a presidente do Conselho Federal de Fonoaudiologia

Ivanir Ap. Franco Lobato Araújo

Dra Thelma Costa e Dra Anelise Junqueira Bohnen, durante realização do 25º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia

em 2009, quando teve início, no Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia, a discussão sobre a criação da especialidade.

Ela lembra que as primeiras especialidades surgiram na década de 90, quando foi publicada a primeira resolução, em 1995, que definiu as primeiras áreas de atuação: Audiologia, Linguagem, Motricidade Oral (só depois atualizada para Motricidade Orofacial) e Voz.

"Agora, em 2017, ou seja, 22 anos depois das primeiras especialidades, ganhamos a oficialização da especialidade de fluência. Na verdade, eu acho que foi necessário provar à nossa própria classe a necessidade dessa inserção. Apesar de já termos comprovado, nós professores universitários, que fazemos pesquisa e escrevemos artigos científicos na área, que 5% da população passa pela gagueira e 1% gagueja, a nossa classe ainda não tinha se conscientizado da necessidade dessa especialidade", analisa.

Leila Nagib conta que, no primeiro semestre de 2009, o Conselho Fede-

ral solicitou que cada Regional criasse um Grupo de Trabalho para discutir as especialidades já existentes, tomando como base a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Foram realizados fóruns regionais e chamados expoentes nas diversas áreas para participar das discussões, junto com representantes das Instituições de Ensino Superior (IES). "O documento inicial foi composto desse estudo, a partir desses encontros e das possibilidades de que cada região apontou como novas especialidades a serem criadas", completa.

No segundo semestre de 2009, o CFFa provocou debates em nível nacional, envolvendo a Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), Academia Brasileira de Audiologia (ABA), Instituto Brasileiro de Fluência (IBF), Abra Gagueira, IES, especialistas nas áreas e fonoaudiólogos, que haviam contribuído, por meio de seus Conselhos Regionais, dos levantamentos realizados por cada região. "Foram levantamentos e encontros bem importantes, que resultaram em documentos ricos em conteúdo. E foram propostas as especialidades de disfagia, fluência, fonoaudiologia educacional e fonoaudiologia do trabalho, naquela ocasião, a partir da necessidade de cada região", recorda.

A então presidente do Conselho Federal relembra ainda que, na tentativa de trazer ainda mais fonoaudiólogos para a discussão, o CFFa fez uma consulta pública, para só então definir quais seriam as novas especialidades. O texto base contemplava complexidade, amplitude, competência e responsabilidade. "Feito tudo isso, na hora da contagem das respostas para todas as propostas, encontramos cerca de 50 pronunciamentos com relação à fluência, resultado completamente diferente de disfagia, que foi muito maior'. E apenas 15 pessoas entre essas cinquenta responderam ser favoráveis à criação da especialidade. Entre 2009, 2010, éramos 30 mil fonoaudiólogos. Só 50 respostas não poderiam ser consideradas representativas, ainda mais com apenas 15, nem metade, favoráveis. Então o Conselho Federal, lógico, indefere a proposta da especialidade de fluência. E eu estava na cabeceira da mesa", lembra Leila Nagib.

Mas ela mesma faz questão de ressaltar que tudo isso faz parte da história que desencadeou o reconhecimento da fluência como especialidade da Fonoaudiologia, reconhecimento esse que já existe em muitos países. "Foi um caminho de muito aprendizado. Comprovamos o valor da luta com o final feliz, em 2017. Aliás, final não, o início de

toda uma mudança e de ganhos para a Fonoaudiologia".

Para Leila Nagib, a oficalização da especialidade é uma importante conquista para as pessoas que gaguejam, seus familiares, pessoas que têm outros transtornos de fluência, como taquilalia (aceleração no ritmo da fala) e taquifemia (supressão de sílabas ou palavras), que terão possibilidade de acesso a maior volume de conhecimento, aumentando as chances de encontrar o terapeuta ideal, que vai ajudar a ampliar a qualidade de vida.

Mas também é um passo relevante para a carreira dos profissionais e para a Fonoaudiologia. Leila Nagib reconhece que, quando o profissional sai das universidades, está habilitado a trabalhar com todos os transtornos fonoaudiológicos, mas é comum o direcionamento dos estudos para as especializações, que aprimoram e transcendem o aprendizado da graduação, de acordo com os desejos e as práticas do dia a dia da Fonoaudiologia.

"Às vezes, as pessoas ficavam um pouco assustadas. Perguntavam, 'mas como é essa demanda, como é esse trabalho, essa prática, os resultados, como é a cientificidade?' Os resultados são ótimos, posso garantir. A fluência é uma área de relevância epidemiológica

Arquivo Pessoal

Dra Leila Najib

muito grande e com uma demanda social muito bem definida. No nosso laboratório de fluência da UFRJ, é uma das maiores demandas. A busca por ambulatório das pessoas que gaguejam, de todas as idades, é enorme", afirma.

Leila Nagib espera, a partir da criação da especialidade, mais artigos científicos e pessoas trabalhando com mais embasamento teórico, além do aprimoramento de métodos e técnicas. "Com isso, vamos aumentar a resolutividade diagnóstica e terapêutica, vamos ampliar nossos conhecimentos, que são o que define um núcleo de atuação própria. E os transtornos da fluência têm suas características próprias". conclui.

Saúde auditiva dos músicos em constante prevenção

Isadora Dantas - repórter

Assim como a voz é o principal instrumento de trabalho para cantores, atores e outros profissionais, a audição também tem igual importância para os músicos. Como eles estão expostos a índices elevados de ruído, cuidados similares a dos trabalhadores de industrias, por exemplo, cujo programa de conservação auditiva é obrigatório por lei, são necessários.

A fonoaudióloga Renata Jacques (CRFa 6-2200), especialista em audiologia, criou um programa que analisa desde aspectos sociais do músico até a estrutura de palco utilizada por ele. De acordo com a profissional, a intensidade do som de uma apresentação no Brasil pode chegar a 200 decibéis e o tempo de exposição das pessoas a ele, cerca de duas horas. Tais números são contrários ao que preconiza a tabela de exposição sonora do National Institute for Occupational Safety and Health (NIOSH), utilizada como referência para trabalhos com exposição a ruído. "De acordo com a tabela, a exposição a 109dBs, por exemplo, é indicada por um período máximo de um minuto. Imagina o risco que os músicos, e todos que acompanham uma apresentação, correm", reflete Renata.

A partir de uma anamnese detalhada, que leva em consideração aspectos clínicos que podem interferir na saúde auditiva do músico, a fonoaudióloga avalia os hábitos sociais e de trabalho, além de levantar as queixas de zumbido, perda auditiva temporária e hipersensibilidade que, segundo ela, são comuns no cenário musical.

Após a análise da anamnese, a profissional encaminha o músico para a realização de exames como as audiometrias e audiometrias de alta frequência que, de acordo com a fonoaudióloga, são fundamentais para o acompanhamento da saúde auditiva do músico: "As audiometrias tradicionais só avaliam até 8.000 hertz. Como a cóclea responde a sons até 20.000 hertz, pode ser que a perda do músico esteja em alta frequência. É aí que se faz necessária a realização dessas audiometrias mais detalhadas", explica.

Toda a estrutura da banda que acompanha o músico, dos cantores aos técnicos de mesa de som, é analisada. A fonoaudióloga esclarece que o programa deve atender a todos, mas que as medidas de proteção são individualizadas: "É importante que o trabalho de orientação seja realizado com todos, mas ao indicar a melhor técnica administrativa, cada indivíduo deve ser analisado separadamente", orienta.

Arquivo Pessoal

A fonoaudióloga Renata Jacques desenvolveu um programa de prevenção auditiva para músicos

Bernardo Ferreira, 23 anos, é cantor e há um ano participa do programa de conservação auditiva da fonoaudióloga Renata Jacques. De acordo com o cantor, a busca por auxílio profissional começou quando ele percebeu baixa em sua qualidade vocal. Após as avaliações e análise dos exames, Bernardo teve como indicação o uso de um monitor in-ear moldado especialmente para ele. Segundo o músico, o uso da proteção aumentou sua qualidade profissional e sua saúde: "Hoje eu canto sem fazer esforço e, principalmente, consigo aproveitar toda minha extensão vocal sem chegar ao fim do show sem voz", relata o músico.

A indicação de protetores auditivos ou monitores in-ears são de responsabilidade do fonoaudiólogo e ele deve ter pleno conhecimento de seus funcionamentos. Renata Jacques esclarece que os protetores mais indicados para os músicos são aqueles que possuem filtro de fala, uma vez que o som deve ser limpo e de alta qualidade. Quanto aos monitores in-ears, que são conhecidos popularmente como retornos, podem ser prejudiciais à saúde auditiva se forem usados sem instrução. De acordo com a fonoaudióloga, por vezes, estes aparelhos são comprados no exterior e o músico começa sua utilização sem orientação: "É muito comum vermos o músico utilizando o monitor in-ear apenas de um lado. Isso faz com que o som, do lado que ele está com o aparelho, precise ser mais alto, o que reflete um risco grande para a saúde auditiva", alerta.

Para finalizar, a fonoaudióloga ressalta que o som não é maléfico à saúde auditiva, mas, sim, a exposição prolongada a ele, e que as perdas auditiva causadas por exposição a ruídos são possíveis de serem evitadas com um trabalho de prevenção. ■

SISTEMA DE CONSELHOS DE FONOAUDIOLOGIA
CFFa – 12º COLEGIADO
Gestão Abril 2016 a Abril 2019
Presidente: Thelma Regina da Silva Costa – CRFa 2-4211
Vice-Presidente: Marlene Canarim Danesi – CRFa 7-0439
Diretora-Secretária: Márcia Regina Teles – CRFa 2-3957
Diretora-Tesoureira: Silvia Maria Ramos – CRFa 5-121
Assessora da Comissão de Divulgação: Suzana Campos
Jornalista Responsável – MTB 4390527

Crefono 1

Presidente: Lucia Provenzano – CRFa 1-1700
Vice-Presidente: Lígia Ribeiro – CRFa 1-11220
Diretora Secretária: Tatiana Barcellos (CRFa 1-13451)
Diretora-Tesoureira: Vanessa Jurelevicius – CRFa 1-11196

Crefono 2

Presidente: Márcia Cristiane de F. M. Civitella – CRFa 2-4619
Vice-Presidente: Vera Regina Vitagliano Teixeira – CRFa 2-1458
Diretora-Secretária: Heloisa de Oliveira Macedo – CRFa 2-4524
Diretora-Tesoureira: Ana Leia Safro Berenstein – CRFa 2-3979

Crefono 3

Presidente: Francisco Pletsch – CRFa 3-4764
Vice-Presidente: Josiane Borges – CRFa 3-5984
Diretora-Secretária: Jozélia Duarte B. de Paula Ribas – CRFa 3-2831
Diretora-Tesoureira: Solange Coletti Schnekenberg – CRFa 3-4081

Crefono 4

Presidente: Juliana de Arruda Fraga – CRFa 4-7880
Vice-Presidente: Silvia Damasceno Benevides – CRFa 4-5719
Diretora-Tesoureira: Bianca Arruda
Manchester de Queiroga – CRFa 4-5115
Diretora-Secretária: Jonia Alves Lucena CRFa – 4-5048

Crefono 5
Presidente: Christiane Camargo Tanigute -CRFa 5 - 0323
Vice – Presidente: Danilo Alves Mantovani - CRFa 5 - 15230 - 2
Diretora Secretária : Neyla Arroyo Lara Mourão - CRFa 5 – 020
Diretora Tesoureira: Eliana Souza da Costa Marques -CRFa 5 - 0453
Crefono 6
Presidente: Gabriela Cintra Januário - CRFa 6 - 3314
Vice-presidente: Lucila de França M. Oliveira - CRFa 6 - 1436
Diretor Secretário: Tiago Costa Pereira - CRFa 6 - 7101
Diretor Tesoureiro: Daniel Andrade Galvão - CRFa 6 - 5401
Crefono 7
Presidente: Luciana Kael de Sá – CRFa 7-6174
Vice-Presidente: Lea Travi Lamonato – CRFa 7-9087
Diretora-Tesoureira: Daniela Zimmer – CRFa 7-10869-2
Diretora-Secretária: Simone Lorelei Meneghetti – CRFa 7-6536
Crefono 8
Presidente: Charleston Teixeira Palmeira – CRFa 8-4367
Vice-Presidente: Kenia Andrade do Nascimento Gondin Lemos CRFa 8-8581
Diretora-Tesoureira: Lia Maria Brasil de Souza Barroso – CRFa 8-5676
Diretora-Secretária: Fernanda Mônica de Oliveira Sampaio – CRFa 8-4678

CONSELHO EDITORIAL
CFFa
Suzana Campos – Jornalista
Silvia Ramos – Conselheira
Marlene Danesi – Conselheira
Mônica Petit – Conselheira
Mônica Karl – Conselheira
Thais Moura Abreu e Silva - Conselheira
Crefono 1
Rose Maria – Jornalista
Lígia Ribeiro – Conselheira
Crefono 2
Márcia Gama – Conselheira
Raíza Rocha - Jornalista
Crefono 3
Emerson Mizga – Jornalista
Simone Ferreira dos Santos – Conselheira

Crefono 4
Maurício Júnior – Jornalista
Jônia Lucena – Conselheira

Crefono 5
Danilo Mantovani – Conselheiro
Crefono 6
Isadora Dantas – Jornalista
Cláudia Gomes Ligocki – Conselheira
Crefono 7
Cibele Avendano – Jornalista
Luciana Kael de Sá – Conselheira
Crefono 8
Thaiane Firmino – Jornalista
Charleston Teixeira Palmeira – Conselheiro

REVISTA COMUNICAR PRODUÇÃO EDITORIAL
Projeto Gráfico - IComunicação
Diagramação - Suzana Campos
Foto de Capa: Freepik.com

PARA ANUNCIAR
Tel. (61) 3322-3332
e-mail: fono@fonoaudiologia.org.br
Como entrar em contato com a Revista Comunicar:
SRTVS Qd. 701, Ed. Palácio do Rádio II – Bl. E,
Salas 624/630 – Tel.: (0 ** 61) 3322-3332
3321-5081/3321-7258 – Fax: (0 ** 61) 3321-3946
e-mail: imprensa@fonoaudiologia.org.br
site: www.fonoaudiologia.org.br